

DOSSIER:
Estado da Educação

ESCOLA informação

N.º 290 janeiro . 2020 . MENSAL . 0.50€



Os Professores EXIGEM negociações sérias!

LEITURAS



Maris, Bernard
O Futuro do Capitalismo,
 Actual, Coimbra, 2019

Para o capitalismo o trabalho é preferível à ociosidade, o 'negotium' ao 'otium', sendo considerado como uma poupança de tempo. Neste sentido, o capitalista não é um "ocioso e fruidor", mas um sujeito ativo, vocacionado para a organização racional do trabalho que visa a acumulação ilimitada da riqueza. A submissão da ciência à tecnologia e o aumento sustentado da produtividade alimentam capitalismo. A sua relação com o tempo muda radicalmente: subs-

titui o tempo cíclico pelo tempo linear. A "poupança do tempo" é uma das características que definem a acumulação capitalista: adiar, diferir o consumo para um futuro cada vez mais distante. O capitalismo transforma-se no arqui-inimigo da fruição e da alegria de viver, consideradas como uma perda de tempo, um desperdício contraprodutivo. Marx exprime admiravelmente esta obsessão pela poupança do tempo: "O tempo é tudo. O homem não é nada; é quanto muito a carcaça do tempo". Também a relação com a natureza muda radicalmente. A acumulação ilimitada de riqueza traz consigo uma "pulsão de morte" e depredação, o indivíduo converte-se mais num ser que destrói a natureza, e consequentemente a si próprio, do que num ser que a transforma para satisfazer as suas necessidades e as dos outros: "aquilo a que se chama «riquezas»" são cada vez mais "objetos criados a partir da destruição da natureza" (p. 57). Que futuro para além do capitalismo? De um lado, Marx que preconiza o "fim do trabalho sofrido e da ex-

ploração dos homens" (p. 52), bem como Keynes que defende a fruição através da redução generalizada do tempo de trabalho e da superação da necessidade alienada da acumulação pela acumulação, desejos também partilhados por Marx. Em contrapartida, Malthus e Claude Lévi-Strauss preveem a "implosão demográfica" que, para o segundo, conduzirá ao desaparecimento de muitas espécies vegetais e animais e a um consumismo insustentável para a vida no planeta.

Maris é otimista. Prevê a constituição de um 'Homo Benignus' que substituirá o 'Homo economicus' do capitalismo, "o homem da solidariedade" que "não perde nada em dar aos outros, o homem do conhecimento, a nossa nova abundância, mais interessado na beleza do que na utilidade" (p. 60). Esqueceu, porém, o 'Homo malignus': Bernard Maris foi assassinado em 7 de janeiro de 2015 nas instalações do "Charlie Hebdo".■

Joaquim Jorge Veigunha

O Orçamento de Estado não contempla os professores e educadores

O Orçamento de Estado (OE) foi aprovado na generalidade e, mais uma vez, não contempla os professores e educadores.

Vejam os porquê:

- Desvaloriza a carreira dos docentes, uma vez que estão por contabilizar 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço;

- Não prevê qualquer medida para uma carreira onde a idade média dos professores no 1.º escalão é de 43,4 anos e a média do tempo de permanência nesse mesmo escalão é de 16,5 anos;

- Não contempla um regime justo de aposentação, num corpo docente cada vez mais envelhecido (mais de metade dos docentes de todos os níveis de ensino tem 50 ou mais anos de idade);

- Não providencia medidas para a regularização dos horários de trabalho, o que passaria pela contratação de mais professores; tal situação permite o arrastar de abusos e ilegalidades impostas aos docentes em muitos agrupamentos e escolas. Esta é claramente uma opção política que se traduz no desrespeito e desvalorização de toda uma classe profissional;

- Não prevê nenhuma medida de combate à precariedade, arrastando um problema que continua a afetar milhares de docentes que, com 10,15, 20 e mais anos de serviço, continuam ainda sem vínculo.

Mas este é também um Orçamento que desinveste na Educação: depois de uma redução de verbas na ordem dos 12%, entre 2009 e 2018, equivalente a cerca de 867 milhões de euros, a proposta não reflete um aumento de verbas que permita recuperar da desorçamentação a que este setor tem estado sujeito.

As escolas espelham este desinvestimento, o qual se traduz na falta de assistentes operacionais e de equipamentos, na degradação dos espaços físicos, na não remoção do amianto que ainda existe/subsiste em muitas infra estruturas escolares, entre outros.

Os professores e educadores já disseram o que pensam deste OE quando, no dia 10 de janeiro, à porta da Assembleia da República (AR), cantaram as “Janeiras”, exigindo, no momento da sua aprovação na especialidade, as correções necessárias que permitam um maior investimento nos serviços públicos e a adoção de políticas que travem a desvalorização da carreira docente.

No dia 17 de janeiro, num cordão humano junto à AR, quando o Ministro da Educação esteve numa audição em sede de discussão deste mesmo OE, protestaram e exigiram um OE para 2020 que se centre verdadeiramente na educação.

No dia 31 de janeiro, os professores e educadores vão estar em greve e participar na manifestação nacional da Administração Pública, para voltar a dizer o que pensam deste Orçamento.

Mas vão também, nesse dia, dizer ao governo que não aceitam a vergonhosa proposta de 0,3% de aumentos salariais, o que, a verificar-se, representa uma nova perda de poder de compra a acrescentar à perda de 16% só na última década.

É neste quadro de contestação que nos teremos que movimentar; toda a pressão tem que ser feita para que, na especialidade, este documento seja profundamente alterado. Cabe aos grupos parlamentares apresentarem propostas para a resolução destes problemas. Nós faremos a nossa parte.

No dia 12 de fevereiro, no Plenário Nacional de Professores e Educadores, iremos decidir e aprovar a ação sindical até final do ano letivo. Este será também um momento importante de reafirmação da nossa disponibilidade para a negociação mas também para a luta. ■

ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre fotos de Pixabay . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Educação 2018

14 Cidadania

Vivemos no melhor dos mundos possíveis?

16 Reportagem

16. Casa da Praia: A participação é uma palavra fortíssima da pedagogia

19. “Fazer o festejar e festejar o fazer”

20 Escola/Professores

20. Cordão Humano frente à A.R.

20. Aumento de todas as pensões.
Melhoria dos serviços públicos.
Condições de vida dignas

21. Reunião com o Ministro da Educação

21. Assembleia Geral de Sócios

22. 4.^a Conferência Nacional
do Ensino Superior e Investigação

22. Manifestação Nacional 31 janeiro

23. A importância de melhorar
as nossas condições de trabalho

24. Docentes do CBEI de Vila Franca
de Xira em luta

25 Admirável romance de uma vida

26 Um exemplo de iniciativas nas escolas

27 Objetificação das mulheres pelos media

28 Trajetória(s) 100 anos de Ensino Artístico

29 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Avaliação do desempenho
do pessoal docente – aspetos relevantes

Negociar também é lutar

Como à frente se relata (pag. 21), a primeira reunião entre o M.E. e a FENPROF não alterou o ambiente negativo que marcou as reuniões no quadriénio anterior. Como é óbvio, a recondução de Tiago Brandão como ministro não facilita as coisas, mas isso não significa que não continuemos a pôr toda a seriedade, preparação e profissionalismo nas reuniões que continuaremos a exigir e das quais procuraremos tirar vantagens para a vida dos docentes e da escola pública. A FENPROF sempre defendeu e “praticou” a necessidade de associar a arte de negociar à arte de mobilizar, como momentos diferentes, mas igualmente importantes, para conseguir os objetivos reivindicativos.

O movimento sindical docente precisa de vitórias (pequenas ou grandes) para que os docentes sintam que vale a pena ser sindicalizado. O governo deve saber que um movimento sindical forte e prestigiado - e, portanto, ator de melhorias nas condições de trabalho - é um elemento insubstituível na paz e equilíbrio sociais. Negoceiem, pois, a sério: ficaremos todos a ganhar.

Hipocrisia que tresanda

Uma corajosa investigação de jornalistas pôs a nu o que muitos sabiam, mas fingiam ignorar. Uma pequena elite angolana – de que Isabel dos Santos aparece como figura de proa – investe no estrangeiro (no caso, vertente, em Portugal), e para proveito próprio, milhares de milhões de dólares retirados a um país em que boa parte da população continua em miséria extrema. Poder político e poder económico sabiam, mas, em nome da procura de investimentos para o país, fecharam os olhos. O dinheiro era bem-vindo, a sua legitimidade era questão que não interessava. A condenação que agora fazem de Isabel dos Santos – que obviamente a merece! – cheira a uma tremenda hipocrisia. Louvaram-na enquanto lhes fazia jeito.

Já agora: que outra razão que não a procura de investimento justifica a presença na CPLP da Guiné-Equatorial submetida à ditadura sanguinária de T. Obiang? E que moralidade assiste à procura de investimentos dos magnatas da Arábia Saudita, do Quatar ou dos Emirados Árabes Unidos? Serão eles menos criticáveis que Isabel dos Santos? E, mutatis mutandis, como reagirão estes poderes quando forem denunciadas as condições de trabalho na China?

Endeusar o Mercado dá nisto... ■

Os professores lutarão contra uma revisão que desconfigure o seu ECD

PÁGINA

6

Miguel André

Educação 2018

Tendo como base de trabalho o documento do CNE (Conselho Nacional de Educação) “Estado da Educação 2018”, este dossier aborda alguns dos temas particularmente relevantes para os professores.

Antes do mais, a situação dos docentes, numa perspetiva de luta contra uma revisão que desconfigure o ECD. E, ainda, questões fundamentais como o insucesso/sucesso escolar (“a construção do sucesso faz-se pela participação de todos os atores do sistema”) ou a equidade, com destaque para o necessário combate à pobreza. A concluir, uma análise do financiamento da educação.

Fora do dossier temos uma reportagem sobre a Casa da Praia. Um dos casos referidos pelo CNE na parte do relatório “Todos podem aprender”.

Os professores lutarão contra uma revisão que desconfigure o seu ECD

• **António Avelãs**

Dirigente do SPGL

Dossier

Educação 2018

O “Estado da Educação 2018” (editado em 2019) apresentado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) sintetiza na página 75 (e desenvolve em vários dados estatísticos) a situação dos **Recursos Humanos** na Educação.

Alguns dos dados apresentados sustentam as posições defendidas pelos docentes e seus sindicatos e desmentem um conjunto de falsidades intencionalmente “proclamadas”, de forma sistemática, pelo poder político e por comentadores da comunicação social.

Vejamos:

1. *“Apenas 0,02% dos docentes estão no topo da carreira e têm, em média, 61,4 anos de idade e 39,0 anos de serviço”.*

Mesmo reconhecendo que estes dados estão desatualizados em 2019 e 2020 (o acesso ao último escalão da carreira esteve interdito), mostram como é falsa a afirmação recorrente de que a carreira docente é muito cara porque a maioria dos professores e educadores estão no topo (ou nos escalões de topo). Aliás, seria natural que isso acontecesse uma vez que a carreira tem, teoricamente, 34 anos e a classe docente está, como é por todos reconhecido, altamente envelhecida. Mas não é o que acontece.

2. *“Apesar da média de anos de*

serviço ser de 16,5 ou mais anos, a maioria está inserida nos quatro primeiros escalões remuneratórios em 2017/2018. No caso do 3º escalão, a percentagem é de 17,8% e estes docentes têm, em média, 48,6 anos de idade e 22,6 anos de serviço”.

Afirmção que só por si justifica a campanha dos professores pela contagem integral do tempo de serviço. Refira-se que o texto do CNE reconhece explicitamente que (a situação) *“se deve ao congelamento prolongado das carreiras e à não recuperação da totalidade do tempo de serviço correspondente”* e que, mais uma vez, desmente o discurso “oficial” e mostra como, para a maioria dos atuais docentes, atingir o topo da carreira em tempo útil é mera ilusão.

3. *“Em Portugal, a diferença entre a remuneração de início da carreira e a do topo é muito significativa, quando comparada com outros países, sendo que os acréscimos mais relevantes em termos remuneratórios acontecem no período final da carreira”.*

Afirmção verdadeira, mas que carece de uma justificação, até porque ela encerra o cerne do ataque à carreira docente.

Aquando da conquista do primeiro Estatuto da Carreira Docente (ECD), em 1989, o ministério, com o apoio explícito da FNE,

conseguiu impor no texto que o acesso aos três últimos escalões se faria mediante a apresentação de uma “prova de candidatura”. Ou seja, pretendia-se limitar a muito poucos o acesso a estes escalões que, portanto, poderiam ser mais bem pagos. Os professores não aceitaram e os sindicatos da FENPROF fizeram da luta contra a candidatura uma das principais batalhas. Por ser baseada na entrega de um trabalho escrito (académico) sobre prática pedagógica ou questões de educação, desde logo se tornou claro a desvalorização da prática docente e de quem diariamente dava, no terreno concreto das suas escolas, o “corpo ao manifesto”. Em muitas escolas os professores ficaram estupefactos ao verem ser aprovados com notas de muito bom e excelente alguns colegas que eram os que menos tempo dedicavam à escola e aos seus alunos e que estavam muito longe de serem reconhecidos como os melhores professores. Além disso, o sistema de avaliação montado pelo ministério entrou rapidamente em colapso. Poucos professores estavam dispostos a funcionarem como júris de um processo desqualificado. Os protestos, recursos e reclamações acentuavam-se. Manuela Ferreira Leite, na altura ministra da Educação, afirmava, em reunião com a FENPROF, que tinha um armazém cheio de dossiês, que não sabia como avaliar. Mas sustentando que, sem essa ava-

liação, não haveria progressões aos escalões de topo. O ministério atingia assim o seu objetivo: muito poucos com acesso aos escalões mais bem pagos.

Os docentes não desistiram e em 1999 a “prova de candidatura” foi extinta!



Mas, em 2005, Maria de Lurdes Rodrigues voltou à carga. Dividiu a carreira entre professores e professores titulares e só estes últimos teriam acesso aos últimos escalões. O acesso a titular dependia da obtenção de uma pontuação para a qual contribuíam a prática docente e outras funções desempenhadas nas escolas, funções que não dependiam necessariamente da vontade dos docentes, mas de nomeações dos diretores ou... da eleição para os órgãos de gestão. Por exemplo: poderia ser excelente professor, mas se não fosse nomeado diretor de turma ou delegado de grupo, coordenador de departamento ou membro do conselho pedagógico dificilmente seria “titular”. (O autor destas linhas atingiu a categoria de titular porque foi eleito para o Conselho Geral! Se não tivesse sido eleito, já não seria professor titular). O absurdo do processo era tão gritante que, após intensa luta dos professores, nomeadamente dos sindicatos da FENPROF, a divisão terminou no ano de 2010, sendo ministra da Educação Isabel Alçada.

Mas não custa a crer que este

objetivo de limitar ao extremo o acesso aos escalões de topo – e de considerar que para esse acesso o que menos importa é a qualidade da prática docente, porque é a mais difícil de avaliar – venha a estar presente em qualquer tentativa de revisão do atual ECD.

4. *“Em Portugal, o tempo para chegar ao topo da carreira é longo e a diferença entre a remuneração de topo da carreira e no início é muito significativa quando comparada com outros países europeus”.*

Afirmção indiscutível, mesmo se considerarmos o topo da carreira aos 34 anos de serviço (para a maioria dos atuais professores é, pelo menos, de 40 anos, 6 meses e 23 dias...). Mas torna também evidente que, se no topo, os vencimentos se aproximam da média dos países europeus, a remuneração ao longo da carreira é claramente inferior se nos ativermos aos países da União Europeia.

5. *“Em 2017/2018 o número de docentes na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário é de 146.830, o que revela uma diminuição de 31.167 relativamente a 2007/2008 (...)”.*

Deve sublinhar-se que nem todos estes docentes dão aulas. Neste número se incluem os diretores e membros de órgãos de gestão com horários reduzidos, professores com horários incompletos ou com baixa médica. E se a redução do número de docentes pode ser consequência da redução do número de alunos, há também que alertar para o facto de haver já falta de professores para várias disciplinas nos ensinos básico e secundário e, dada a previsível aposentação de um elevadíssimo número de professores e educadores nos anos mais próximos

e a escassa procura dos nossos jovens pelas áreas da educação no ensino superior, é legítimo prever uma gravíssima crise no nosso sistema educativo, pondo em causa o bom trabalho desenvolvido pela escola pública desde 1974.

Defender o atual ECD e procurar melhorá-lo é tarefa essencial para evitar o afundamento do nosso sistema educativo e garantir a sua qualidade. A total irresponsabilidade de vários responsáveis no ministério da Educação (Maria Lurdes Rodrigues, Nuno Crato, mas também o atual ministro, por exemplo), procurando criar na população uma imagem negativa do trabalho dos docentes, a degradação das condições de trabalho em muitas escolas, a asfixia burocrática e a crescente dificuldade das tarefas pedagógicas, mas sobretudo a progressiva degradação da carreira docente, afastam da profissão os melhores estudantes e mesmo professores já formados.

É necessário continuar a defender que o trabalho pedagógico tem especificidades que justificam a existência de um estatuto de carreira próprio, combatendo a ideia de o dissolver numa vulgar carreira comum a outros setores da administração pública. Valorizar a imagem social dos professores e educadores, refazer, no mínimo, a carreira docente pondo termo a todas as distorções infligidas, rever o estatuto remuneratório de modo a diminuir a diferença entre os valores no início e no fim da carreira são tarefas inadiáveis. O futuro do país não se compadecerá com políticas de agressão aos professores e educadores e menor consideração pelo trabalho docente.

Os professores lutarão contra uma revisão que desconfigure o seu ECD! ■

Categoria há só uma Professor e mais nenhuma

Slogan muitas vezes gritado contestando a divisão da carreira entre professores e professores titulares

De que (in)sucessos se faz a Escola

• **Albertina Pena**

Dirigente do SPGL

O sucesso é um desígnio que tem por base o estereótipo do aluno médio/padronizado. A rigidez e a fixação de medidas em torno deste ideal não permitem uma avaliação positiva de todo o processo de aprendizagem que se constitui por ritmos e contextos diversos. O sucesso quantificado que se traduz em “notas” números deixa na margem outros sucessos e outros percursos. Mas é em volta desses números que se organiza o sistema educativo e todo o processo que leva a esse sucesso e também ao insucesso: modelos de competição, individualismo e discriminação. As formas de avaliação predominantes fazem com que a educação seja um negócio, levando inúmeras famílias a recorrerem às “explicações” pelo que só pode ter sucesso quem tem poder económico.

O sistema de ensino tem de ter a abrangência dos vários sucessos e com igualdade de oportunidades para quem o integra. Há metas que orientam esses percursos e perfis que se traçam para o final da escolaridade obrigatória. No entanto, estes não podem ser limitadores de outros desenvolvimentos e da pluralidade de aprendizagens e sucessos. O relatório do CNE sobre o estado da educação 2018 refere que existe uma evolução quanto à diminuição das taxas de retenção: “As taxas de retenção e desistência revelam uma evolu-

ção positiva, no entanto os percursos escolares marcados pela retenção acentuam-se desde o 1º CEB, à medida que se avança na escolaridade. Em 2017/18 a taxa de retenção e desistência diminuiu em todos os anos de escolaridade ... “(p. 47). No entanto, aparecem alguns casos onde ainda persistem taxas de retenções acima da média “... com exceção do 3º ano que manteve os 2,2% e o 8º ano que aumentou de 6,7% para 6,8% relativamente ao ano anterior”.

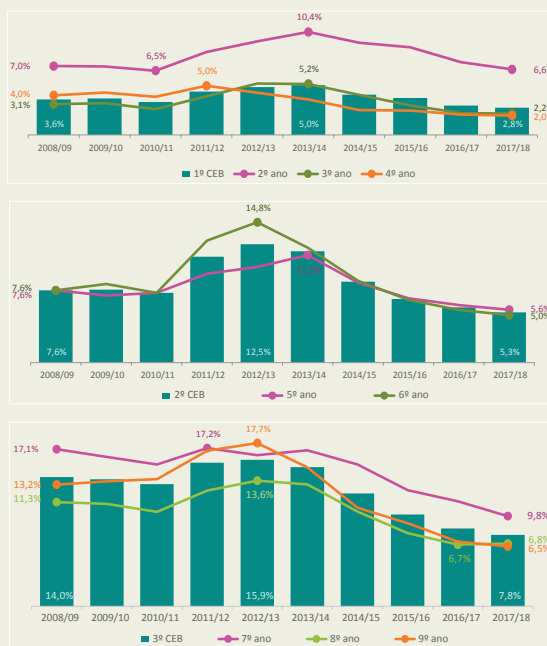
Gráfico retirado do relatório do CNE com taxas de retenção e desistência por ciclos de estudos e anos de escolaridade:

Para diminuir as taxas de retenção é necessária uma atuação a vários níveis e um grande investimento nos fatores de promoção desse sucesso. Como exemplos de casos bem-sucedidos são apresentados, neste relatório, oito modelos de boas práticas pedagógicas. Nestes exemplos há uma grande valorização da participação dos alunos, da organização do trabalho pedagógico em pequenos grupos, da existência de recursos humanos e materiais, do acesso às novas tecnologias, da estabilidade do corpo docente e da autonomia na gestão do currículo. Em todos estes modelos é valorizado o que falta em todo o sistema

de ensino. Por exemplo, valoriza-se a democracia e a participação num contexto em que as escolas não têm um modelo de gestão democrático. A democracia tem de ser exercida em todo o contexto escolar e tem de ser vivida no seu pleno, designadamente na eleição dos órgãos de gestão. A extensão dos currículos não permite a flexibilidade e o tempo necessário para a consolidação das aprendizagens. O elevado número de alunos e de turmas por professor impedem uma prática mais diferenciadora, inclusiva e de proximidade. Como é, também, evidente a falta de recursos humanos: docentes, assistentes operacionais, técnicos e pessoal especializado, o que não permite o acompanhamento adequado e necessário às crianças e

Taxa de retenção e desistência (%) no ensino regular*, por ciclo de estudo e ano de escolaridade. Portugal

Seguindo a evolução positiva dos últimos anos nos três ciclos do ensino básico, em 2017/2018, registam-se as taxas de retenção e desistência mais baixas da década. Neste ano letivo observa-se uma diminuição da taxa em todos os anos de escolaridade, com exceção do 3º ano, que mantém a percentagem, e do 8º ano que aumenta 0,1 pp, relativamente ao ano anterior.



* Inclui o ensino artístico especializado em regime integrado

Fonte de dados: Estatísticas da Educação. DGEEC, 2008/2009 a 2017/2018
Fonte: CNE

jovens em contexto escolar. Ficam, desta forma, muitas necessidades por atender e muitos direitos colocados em causa.

Escolas bem equipadas e com acesso às novas tecnologias são promotoras do sucesso esperado. No entanto, em muitas escolas faltam todos esses recursos e as condições de aprendizagem são ainda muito precárias e deficitárias.

A qualidade da escola pública e o sucesso das aprendizagens são essenciais para a construção de uma sociedade democrática e tem na sua génese a democracia. Investir no ensino deve estar na lista de prioridades de qualquer governo porque é deste investimento e desta qualidade que decorrem muitas outras vertentes sociais: democracia, inclusão, justiça, igualdade e outras.

A educação tem sido alvo de um grande desinvestimento e de uma grande desvalorização. É urgente e necessário reverter a situação e apostar seriamente neste que é um dos pilares fundamentais da construção social.

O SPGL e outros sindicatos da FENPROF têm ouvido os professores, têm alertado para a degradação do sistema de ensino, têm feito propostas e têm exigido condições para uma Escola considerada de sucesso.

Entre essas exigências está o necessário rejuvenescimento da classe docente. O relatório do CNE faz referência ao envelhecimento da classe docente: *“o corpo docente está cada vez mais envelhecido. Quase metade dos docentes, da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário têm 50 ou mais anos de idade (46,9%) enquanto a percentagem dos que têm menos de 30 anos é de 1,3% em 2017/18. Portugal e Itália são os países que apresentam a menor proporção de docentes nesta faixa etária no conjunto dos países europeus, muito abaixo da média da OCDE”* (p.75).

Para este rejuvenescimento é necessária a valorização da classe docente e melhorar a atratividade da profissão: *“Os cursos da área da Educação têm vindo a regis-*

tar perdas importantes, atingindo em 2018 o valor mais baixo de inscritos desde 2009 (13 084). Note-se que, em 2017/2018, a Educação é a única área onde se verifica um decréscimo de alunos inscritos (3,8%) relativamente ao ano anterior”.

O sucesso das aprendizagens também depende da coerência e da razoabilidade dos currículos. Efetivamente, os documentos orientadores da progressão das aprendizagens dos alunos correspondem a dois tipos de normativos praticamente incompatíveis: ainda coexistem os programas revistos no tempo de Nuno Crato, exageradamente extensos e desadequados às idades a que se destinam, com as aprendizagens essenciais.

As aprendizagens necessitam de tempo para a experimentação, para a diferenciação, para as vivências, para a reflexão sobre a experiência e sobre o erro, para a correção, para a assimilação e para a consolidação.

Acresce que as escolas/agrupamentos são hoje locais de uma crescente burocracia. Urge proceder à desburocratização da escola. É preciso libertar os professores dos processos administrativos e burocráticos para que esse tempo possa ser investido na preparação da atividade pedagógica. Nas escolas, o primado tem de ser o pedagógico e não o administrativo.

Por outro lado, a sobrecarga dos horários de trabalho contribui para situações de extremo desgaste físico e emocional. O ministério da Educação tem ignorado denúncias feitas em relação à ilegalidade de muitos horários e a inspeção tem sido cúmplice na manutenção dessas ilegalidades.

Por outro lado, também é preciso diminuir as horas de permanência das crianças nas escolas e em contexto de atividade letiva.

O processo de municipalização em curso agravará a falta de democracia nas escolas e acentuará assimetrias e desigualdades nos processos de aprendizagem. O sucesso das aprendizagens não poderá ficar dependente da im-

posição de projetos por parte das autarquias nem da capacitação financeira das mesmas para o investimento na educação. A desresponsabilização do governo perante o processo educativo é também um ataque ao direito universal à educação inscrito na Constituição, porque promove a discriminação.

A vertente da formação inicial e contínua também tem sido desconsiderada. Podemos verificar, no relatório do CNE, que os cursos de formação docente são os que menos procura têm (p. 59). Esta situação prende-se com a pouca atratividade da profissão, a desvalorização da classe docente e as más condições de trabalho. Esta fraca procura vai acentuando a falta de docentes que se vai verificando em muitos grupos.

A sobrecarga dos horários de trabalho leva a que não exista tempo para a formação contínua, um dos requisitos para a progressão na carreira. Assim sendo, a esta obrigatoriedade deveria corresponder uma oferta de formação gratuita inscrita no horário docente.

Uma formação contínua de qualidade deveria ser gratuita, corresponder às necessidades dos docentes decorrentes das aprendizagens de todos os alunos, e não estar associada à progressão na carreira.

É necessário, ainda, criar mecanismos que valorizem o trabalho de equipa, de partilha e cooperação entre os docentes, em detrimento do trabalho competitivo e individualista que, na generalidade, impera nas escolas.

O sucesso das aprendizagens e do sistema de ensino tem de ser construído com os profissionais da educação e não à margem destes.

A construção do sucesso faz-se pela participação de todos os atores do sistema e os profissionais não poderão continuar a ser arredados dos processos de decisão. ■

Para acabar com o insucesso dos alunos dos estratos sociais mais desfavorecidos

O combate à pobreza é o melhor caminho

• **M. Micaelo**

Dirigente do SPGLI

O CNE - é o próprio relatório “Estado da Educação 2018” que o afirma - procura “dar conta de alguns contributos para a construção de um futuro desejado”.

É uma evidência reconhecida, e são vários os estudos que o comprovam, que Portugal tem um atraso histórico nos níveis de qualificação da sua população e que ainda estamos a recuperar desse desastroso atraso estrutural. O investimento na Educação, que no século passado foi quase inexistente, neste século está ainda muito longe dos padrões internacionais. Assim será muito mais difícil ainda a recuperação.

Apesar disso, todos os estudos (PISA, PIRLS, TIMMS...) demonstram que os indicadores educacionais em Portugal têm vindo a melhorar desde 2000. De facto, ao longo dos últimos anos conseguimos reduzir significativamente o abandono escolar, diminuir as taxas de retenção e melhorar substancialmente a qualificação da população. Mérito dos professores e do seu trabalho com os alunos, apesar dos entraves postos pelos governos e das medidas draconianas que tomaram.

Progredimos muito, o sistema educativo está a evoluir positivamente, mas é evidente que Portugal tem um nível de escolarização ainda muito abaixo da média europeia e há indicadores que

demonstram que estamos bem aquém de algumas das metas europeias definidas para 2020.

Este relatório do CNE também salienta o óbvio: que é muito “forte a correlação entre meio social de origem e resultados escolares, designadamente a taxa de insucesso e abandono”. E dá conta de que, frequentemente, são baixas as “expectativas das famílias, as escolas e os próprios alunos de meios socioculturais considerados mais desfavorecidos relativamente ao seu sucesso escolar”.

Ora, se a população portuguesa em risco de pobreza é de cerca de 22% e se este valor não é muito diferente entre as pessoas até aos 17 anos, persiste um enorme desafio de justiça social, pois não basta frequentar a escola até aos 18 anos para que haja equidade. Sabe-se lá porquê mas este tema “equidade” ficou para a parte final do estudo e refere-se essencialmente a análise de dados de alunos abrangidos pela ação social escolar (ASE).

Na última década, o ano letivo de 2010/2011 revela a maior proporção de alunos da rede pública do ME (sem incluir a educação pré-escolar) que beneficiam de ASE (43,1%), enquanto o ano letivo de 2018/2019 apresenta a menor (36,1%). Há uma redução significativa mas são sempre percentagens altíssimas e com valores sempre acima dos 20% na taxa de alunos do escalão A (os mais carenciados).

Outro dado bem significativo é

que “a maior percentagem de alunos que beneficiam de ASE, no ano 2017/2018 frequenta percursos curriculares alternativos dos 2º e 3º CEB, os cursos de educação formação do 3º CEB, e os cursos vocacionais e profissionais do ensino secundário”.

É enorme a diferença de alunos de 2º CEB que beneficiam do escalão A da ASE que estão no “ensino regular” (25,8%) e os que, desse mesmo ciclo, estão nos “percursos curriculares alternativos” (52,0%)!

O relatório refere que isto “parece indiciar uma relação entre os problemas financeiros e as dificuldades de aprendizagem, por um lado, e o determinismo social, por outro”.

Parece-me evidente a associação entre (poucos) recursos económicos, maiores dificuldades de aprendizagem e a saída do “ensino regular” e o posterior encaminhamento para vias alternativas. Os números não deixam margem para dúvidas: são muito mais os alunos beneficiários da ação social escolar (por terem rendimentos familiares baixos) nos percursos curriculares alternativos do que no ensino regular.

Situação análoga se verifica no 3º CEB: os alunos de escalão A beneficiários da ASE no ensino regular são 22,6%; nos cursos CEF sobem para 35,8% e nos percursos curriculares alternativos disparam para 43,2%! Neste caso é de referir ainda que os alunos de escalão B beneficiários da ASE são 10,4%, o que eleva

para 53,6% (mais de metade!) o número de alunos de percursos alternativos que beneficiam da ASE!

No Ensino Secundário a tónica é a mesma: muito mais alunos beneficiários da ASE no ensino profissional (33,6%, um em cada três alunos recebe apoio da ação social) e nos cursos vocacionais (40,9%) do que no ensino regular (26,4%, um em cada quatro alunos).

Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores a percentagem de alunos abrangidos pela ASE, nos escalões existentes nas regiões, foi sempre superior à percentagem de alunos com ASE no Continente.

Apesar de a “análise numérica” da equidade se ficar pela ASE, e ser necessário alargá-la às assimetrias regionais (não só litoral versus interior), às desigualdades entre escolas (e ainda não temos aí implantada a municipalização – o que será depois...), o CNE alerta para o facto de que as desigualdades persistem e o sistema não tem sido capaz de eliminar uma parte significativa de “determinismo social”.

Já anteriores estudos como o Relatório Nacional Pisa 2018, do IAVE assinalavam o mesmo problema:

- “Em Portugal, a probabilidade de um aluno de entre os 25% mais desfavorecidos obter uma pontuação abaixo do nível 2 de proficiência é aproximadamente três vezes maior do que a de um aluno com estatuto socioeconómico superior obter essa pontuação”.

- “O efeito do estatuto socioeconómico e cultural no desempenho em leitura é maior em Portugal do que no conjunto dos países da OCDE”.

- “A diferença da pontuação em leitura entre os alunos portugueses mais favorecidos e os menos favorecidos é de 95 pontos”.

- “Portugal é um dos países em que a diferença entre os alunos mais e menos favorecidos quanto à expectativa de concluir o ensino superior é mais expressiva – 43%. Quase todos os alunos de

meios mais favorecidos pretendem concluir o ensino superior (93,1%), enquanto só metade dos alunos mais desfavorecidos tem o mesmo desejo”.

Também a OCDE, num estudo de 2018, “*Um Elevador Social Avariado – Como Promover a Mobilidade Social*”, apontava Portugal como um dos países com menor mobilidade social:

- “As hipóteses de os jovens terem uma carreira de sucesso dependem fortemente das suas origens socioeconómicas e do capital humano dos pais”.

- “A OCDE conclui que em Portugal podem ser precisas até cinco gerações para que as crianças nascidas numa família de baixos rendimentos consigam atingir rendimentos médios. É uma espera acima da média dos países da OCDE, que se fixa nas 4,5 gerações. Nos países nórdicos, a média é de duas gerações”.

- “Mais de metade (55%) das crianças filhas de trabalhadoras manuais tornam-se elas próprias trabalhadoras manuais” (a média da OCDE é de 37%). “Ao mesmo tempo, os filhos de profissionais em posições de chefia (gestores, diretores...) têm cinco vezes mais hipóteses de ascenderem a posições de chefia do que os filhos de trabalhadoras manuais”.

E para quem se atira a responsabilidade de o elevador social estar avariado? Para o sistema. Qual sistema? O educativo, claro. Atribui-se à Educação a responsabilidade de combater e anular (ou pelo menos mitigar) todas as injustiças e fatores de desigualdades sociais. Como se nada houvesse nem a montante nem a jusante que tivesse influência na reprodução das desigualdades sociais. Nem crises, nem desemprego de longa duração, nem redução de direitos e de rendimentos, nem precarização das condições de trabalho, nada.

Quando o aluno vai para a Escola, esta tem de ter a capacidade de tudo resolver.

É claro que não se pode pedir à Escola (à Educação) que, sozinha e ainda com outras variantes a impedir, a atrasar, resolva, como

que por milagre, os problemas sociais acabando com as desigualdades sociais de partida.

O Relatório “Estado da Educação 2018”, do CNE, refere (pág. 23) a “Agenda 2030 | Para uma educação de qualidade”, e que “a nova agenda de desenvolvimento sustentável entrou oficialmente em vigor a 1 de janeiro de 2016, data em que 193 países adotaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2016-2030”, com estas prioridades:

ODS 1 – “Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”.

ODS 2 – “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”.

ODS 3 – “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”.

ODS 4 – “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (...)

Talvez não fosse má ideia, para que o “elevador social” funcione e para acabar com o “determinismo social”, começar a agir pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pela ONU pela ordem em que são indicados. Para acabar com o insucesso dos alunos dos estratos sociais mais desfavorecidos – dos que apresentam piores desempenhos e têm mais dificuldades – com certeza o combate à pobreza (para a erradicar) é o melhor caminho. ■

Talvez não fosse má ideia, para que o “elevador social” funcione e para acabar com o “determinismo social”, começar a agir pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pela ONU

Financiamento da educação

A Escola Pública de qualidade está no fio da navalha!

• António Nabarrete

Dirigente do SPGL



O relatório do Conselho Nacional de Educação (*Estado da Educação 2018*, publicado em 25/11/2019) é muito claro relativamente ao financiamento da Educação na última década. Para além de sublinhar que a sua despesa total desceu 3% de 2017 para 2018 (253,14 milhões de euros) mostra que, na comparação entre 2018 e 2009, esta despesa teve um decréscimo que se situou perto dos 8% (727,51 milhões de euros). E isto em termos nominais! Porque, se fizermos a análise a preços correntes de 2018, isto é, tendo em conta a inflação composta no período 2010/2018, a realidade torna-se ainda mais cruel. Menos 9% que em 2009, ou seja, em termos reais (preços correntes de 2018), menos 814,2 milhões de euros!

Para além disso, se olharmos apenas para a despesa em Educação e Ensino não Superior, vemos alargar-se ainda mais o fosso entre 2018 e 2009. Em termos

nominais temos um decréscimo de 867 milhões de euros, cerca de 12% (quando comparamos 2018 com 2009), saltando este decréscimo, em termos reais, ou seja a preços correntes de 2018, para 970,4 milhões de euros (menos 13,42%)!

A Educação Pública na última década: a ignomínia do subfinanciamento

Quando olhamos a educação em termos estritamente financeiros (mas com óbvias interações negativas sobre os direitos das crianças e jovens e a dignidade da profissão docente) o que se tem passado na última década pode ser definido por uma única palavra: **desinvestimento**.

Em 2009 o PIB português atingiu os 175.448,5 milhões de euros em termos nominais (196.373,5 milhões de euros a preços correntes de 2018) enquanto a despesa

total consolidada em Educação e Ensino não Superior se fixou nos 7.215,7 milhões de euros em termos nominais (8.076,29 milhões de euros a preços correntes de 2018). Deste modo, facilmente se constata que a despesa em Educação e Ensino não Superior em 2009 correspondia a 4,11% do PIB, quer em termos nominais quer em termos reais, ou seja, a preços correntes de 2018. Já relativamente a 2018, a despesa total consolidada em Educação e Ensino não Superior (ainda por cima juntando o Desporto e a Juventude o que não acontecia em 2009!) cifrou-se em 6.339,5 milhões de euros. Tendo em conta que o PIB de 2018 atingiu os 201.612,5 milhões de euros é assim evidente que a despesa total consolidada em Educação e Ensino não Superior, nesse mesmo ano, representou apenas 3,14 % do PIB! Convém *ter em conta que se em 2018 a Educação e Ensino não Superior tivessem uma dotação de 4,11 % do PIB, como tiveram em 2009, estaríamos a falar*

de 8.286,27 milhões de euros em vez de 6.339,5 milhões! Ou seja, quase mais 2.000 milhões de euros! Isto, em 2018 (ano de referência do já citado Relatório do CNE). Mas, 2019 não foi excepção a este panorama. O tímido crescimento da despesa total consolidada em Educação e Ensino não Superior que se verificou em 2019, relativamente a 2018, não ultrapassou os 1,81% e ficou a dever-se unicamente à política de recuperação de rendimentos da “geringonça” no plano de toda a administração pública. Com efeito, o peso das despesas com pessoal no total da despesa subiu de 71,4% em 2018 para 71,8% em 2019. Neste ano de 2020, caso não haja alterações radicais na discussão em sede de especialidade do Orçamento de Estado (que têm fraquíssima probabilidade de virem a verificar-se), nada de substancial irá mudar.

A Escola Pública, subfinanciada e sem rumo, degrada-se a cada dia que passa

O *Estado da Educação 2018*, do CNE, mostra à saciedade a anomia e degradação da Escola Pública na última década. Consequência do subfinanciamento e da falta de rumo da política educativa. Senão vejamos alguns exemplos:

- A maior parte das crianças portuguesas, entre os três e os seis anos, passa mais de 38 horas semanais nos infantários. A média europeia situa-se um pouco acima das 29 horas.
- Devido ao elevado insucesso escolar os jovens portugueses precisam, em média, de chegar aos 19,76 anos de idade para concluir o 12º ano. Na União Europeia a média para conclusão do Ensino secundário está nos 18,5 anos.
- A degradação física dos parques escolares e do seu equipamento (para não falar da enorme ameaça, em termos de saúde, e de qualidade de vida em ambiente

escolar, que representa amianto) é tão evidente e vertiginosa que, por exemplo, só entre 2015/2016 e 2017/2018 se calcula que tenha havido uma quebra de 28% dos computadores disponíveis nas escolas. Sendo que uma parte importante dos que estão a uso são cada vez mais velhos e com *software* claramente desactualizado.

- No ensino secundário profissional um em cada três estudantes recebe apoio da ação social escolar, enquanto nos cursos gerais tal acontece com um em cada quatro. Por outro lado, do 7º ao 9º ano, metade dos alunos dos cursos de educação e formação (destinados a quem já foi vítima de insucesso escolar por mais do que uma vez) recebem apoio da ação social escolar, enquanto no ensino regular tal acontece com 39%. Um sinal claro da persistência das desigualdades sociais com reflexos directos nos percursos escolares.

No que diz respeito à situação do corpo docente o relatório do CNE é absolutamente arrasador!

Em termos do seu envelhecimento avança números que falam por si próprios: no Ensino Secundário, apenas 1,7% dos professores têm menos de 30 anos; no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico a percentagem desce ainda mais para 1,1%. E no 3º Ciclo não vai além dos 0,7%. A média na UE ronda os 8%. Quase metade dos docentes (47%, do Pré-Escolar ao Secundário), têm 50 ou mais anos. Por outro lado, em termos salariais, o relatório do CNE conclui que apesar do elevado número médio de anos de serviço, a maioria dos docentes (58,4%) encontra-se nos primeiros quatro escalões da carreira. No topo, ou seja, no 10º escalão, encontram-se apenas 0,02%!

Na base desta situação está o subfinanciamento da Educação sob a forma de congelamento prolongado das carreiras (mais de 9 anos) e a não recuperação da totalidade do tempo de serviço (menos de 3 anos). A este propósito o CNE dá um exemplo arrasador: no 3º escalão encontram-

O tempo escasseia para o que tem de ser feito. Há uma urgência infinita de acção. A luta sindical, que é justa e intensa, tem de encontrar eco de forma acelerada do lado das forças vivas da sociedade!

-se 18% dos professores e estes têm em média 48,6 anos de idade e 22,6 anos de tempo de serviço.

Por estas, e por outras razões que os sindicatos repetidamente trazem à colação, a carreira docente tem perdido atractividade, que é claramente visível na diminuição dos jovens que escolhem os cursos superiores de Educação. Segundo o Relatório do CNE, nos últimos dez anos, o número de inscritos no 1º ano destas licenciaturas teve uma quebra de 2102 estudantes. Foi a área de formação superior que maior quebra de matrículas registou.

O subfinanciamento é a expressão concreta da ausência de Política Educativa na última década. A falta de rumo das políticas sectoriais radica numa aposta que tem degradado até ao limite a Escola Pública e que pode levar ao seu colapso enquanto instrumento de elevador social através da igualdade de oportunidades: esperar que a natalidade e o envelhecimento do corpo docente reduzam drasticamente o que os diferentes governos entendem ser o “peso” financeiro da Escola Pública!

O tempo escasseia para o que tem de ser feito. Há uma urgência infinita de acção. A luta sindical, que é justa e intensa, tem de encontrar eco de forma acelerada do lado das forças vivas da sociedade! ■

Fontes: *Relatório do CNE, Relatórios dos OE desde 2009, INE e Pordata*

Nota: o autor não dá uso ao chamado Novo Acordo Ortográfico

Vivemos no melhor dos mundos possíveis?

Joaquim Jorge Veiguiha

Citando Hans Rosling, autor do livro *Dez Razões pelas Quais Estamos Errados acerca do Mundo e porque as Coisas Estão Melhores do que Pensamos* (Temas e Debates, 2019), a jornalista do diário *Público*, Bárbara Reis, conclui que, afinal, todos vivemos muito melhor atualmente do que alguns inexoráveis pessimistas, que não leram esta obra, pensam. E fornece alguns “exemplos” de que destaco os seguintes: “O mundo já não é dividido em dois, entre países ricos e pobres com um fosso no meio: hoje 75% da população do planeta vive em países de rendimento médio, «nem pobres, nem ricos, mas algures no meio e começando a ter uma vida razoável»” (...); “juntando os países de rendimentos médios e altos obtemos 91% da humanidade”; “a maioria destes 91% de cidadãos do planeta «integraram-se no mercado global e fizeram um excelente progresso na direção de uma vida decente»”(1).

Insaciáveis caprichosos

Em suma, se não vivemos hoje no melhor dos mundos possíveis, como pensava o filósofo alemão Leibnitz na sua época, estamos mais perto de alcançá-lo, atingindo o ‘estatuto’ de ‘classe média’, nem pobres nem ricos. Importa, porém, ter em conta, antes de tudo, que se tirem conclusões sobre o

estado do mundo, citando apenas uma fonte. Em segundo lugar, os exemplos citados consideram como indicador de progresso e desenvolvimento apenas o rendimento, o que é manifestamente insuficiente. Em terceiro lugar, se estamos em vias de nos tornarmos todos pelo menos classe média, ou seja, se as polarizações económicas e sociais diminuíram, por que motivo proliferaram em 2019 tantas revoltas contra a precariedade das condições de existência: Líbano, Sudão, Haiti, Equador, França e Chile, por exemplo? Só poderá concluir-se que os descontentes que protestam não passam de uns ‘caprichosos’ insaciáveis que desejam ter mais do que o capitalismo predatório dominante lhes pode dar.

O caso do Chile é paradigmático pela natureza das reivindicações. Despoletadas pelo aumento do preço dos bilhetes de metro, desembocaram na exigência de maior justiça social ou redistributiva. Neste país, no período 2000-2017, o rendimento dos 10% mais ricos aumentou 50% relativamente ao dos mais pobres e 45% relativamente ao do cidadão médio(2), o que põe em causa o mito de que a maioria está a chegar a um nível médio de vida, na melhor das hipóteses, atingiu provavelmente um nível médio-baixo. Com isto não queremos fazer generalizações mecanicistas a partir de um caso particular, mas tentar sublinhar que as próprias desigualdades evoluem no tempo e que o presente não pode

continuar a ser avaliado com o ‘metro’ de um passado distante: por exemplo, o facto do cidadão médio ter acesso hoje a um telemóvel da última geração não o integra na alegada ‘classe média’ se o compararmos com um cidadão europeu nos anos sessenta do século passado que, por exemplo, tinha acesso a um televisor e a outros eletrodomésticos de consumo.

As novas desigualdades

Foi publicado recentemente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2019*, significativamente intitulado *Para além dos rendimentos e do tempo presente: as desigualdades de desenvolvimento no século XXI*. Ideia prioritária é que o índice de desenvolvimento humano (IDH) não se reduz ao rendimento *per capita*, mas abarca uma dimensão social, a saúde, medida pela esperança média de vida, e uma dimensão cultural, aferida pelo número médio de anos de escolaridade, sendo, por conseguinte, um indicador composto que resulta da média destas três dimensões.

Apesar de defender que “o século XXI foi testemunha dum progresso considerável dos níveis de vida, traduzido pelo número sem precedentes de pessoas que escaparam à fome, à doença e à pobreza”(3), o Relatório do PNUD



“não é o acesso a um telemóvel ou a ‘gadgets’ tecnológicos produtores de ‘selfies’ narcisistas que nos transforma cada vez mais em membros de uma ‘classe média mundial’ que, na realidade, é apenas uma figura ideológica que encobre o aprofundamento das desigualdades realmente existentes. Só que nos tempos sombrios que correm difundem-se os ‘bons samaritanos’ que tentam convencer os outros que afinal todos vivemos no melhor dos mundos possíveis.”

constata que aumentaram as desigualdades do que designa por “capacidades mais avançadas” – acesso a uma saúde de qualidade em todos os níveis, ensino de qualidade a todos os níveis, acesso real às tecnologias modernas, resiliência aos novos choques imprevistos –, enquanto o processo de convergência das que designa por “desigualdades de capacidades de base” – sobrevivência de uma criança, educação primária, nível tecnológico elementar, resiliência aos choques recorrentes – permanece lento, porque estas são ainda significativas. Por exemplo, em 2015 a esperança média de vida à nascença situava-se em 66,6 anos nos países com um IPH médio e em 78,4 anos nos países com IPH muito elevado; apesar dos valores serem mais próximos relativamente à percentagem da população que completou a instrução elementar, 84,5% contra 93,6%, respetivamente, persiste ainda uma diferença de 9,1% que aumenta para 51,3% nos países com um IPH baixo.

Pelo contrário, a desigualdade das capacidades mais avançadas tende a aprofundar-se. Assim, nos países com

um IPH médio a esperança vida aos 70 anos é de 11,1 anos contra 14,6 da dos países com IPH muito elevado. Mas a diferença aprofunda-se se tivermos em conta a percentagem da população que fez estudos superiores em 2017 e a que fez uma assinatura na banda larga fixa: no primeiro caso, 13,7% contra 28,6%; no segundo caso, 2,3% contra 28,3%. Por maioria de razão, os indicadores dos países com um IPH baixo são significativamente menores: 9,8 anos, 3,2% e 0,8%, respetivamente, o que põe totalmente em cheque as teses de que as desigualdades sociais diminuíram a nível global.

Este relatório do PNUD, coordenado por Thomas Piketty, investigador muito contestado que tem analisado cientificamente a evolução das desigualdades ao longo do tempo, é marcante e imprescindível, pois tem como ideia condutora que é o acesso a bens públicos sociais, como a saúde, a educação e também às novas tecnologias que caracteriza o desenvolvimento e não exclusivamente o rendimento e o acesso a bens de consumo privado. Por exemplo, o acesso a um telemóvel abrange

90,6% da população dos países com IPH médio (67% dos países com um IPH baixo), mas dos quais apenas 2,3% (0,8% no caso dos que têm um IPH baixo) têm acesso à banda larga fixa, o que contrasta com os dos países com IPH elevado e muito elevado, 11,3% e 28,3%, respetivamente. O que nos leva a concluir que não é o acesso a um telemóvel ou a ‘gadgets’ tecnológicos produtores de ‘selfies’ narcisistas que nos transforma cada vez mais em membros de uma ‘classe média mundial’ que, na realidade, é apenas uma figura ideológica que encobre o aprofundamento das desigualdades realmente existentes. Só que nos tempos sombrios que correm difundem-se os ‘bons samaritanos’ que tentam convencer os outros que afinal todos vivemos no melhor dos mundos possíveis. ■

⁽¹⁾ Reis, Bárbara – *Um Livro para os Demagogos & Cia. Lda*

⁽²⁾ Lustig, Nora – “Desigualdad y descontento social en América Latina”, *El País: Negócios*, 5. 01.2020.

⁽³⁾ *Rapport sur le développement humain 2019*, PNUD, 2019, p. 7.



Foto: Casa da Praia

Casa da Praia

A participação é uma palavra fortíssima da pedagogia

Criada em 1975 pelo professor, médico e psicanalista João dos Santos, a Casa da Praia é, nas palavras do próprio, “uma casa em festa”. Festa que significa, antes do mais, “a vivência coletiva duma ideia”.

Ligia Calapez
Jornalista

Fomos à Junqueira saber um pouco mais deste modelo original de promover saúde mental recorrendo também à pedagogia. Saber da história desta Casa. Do modelo de intervenção que aplica e de que modos. Das práticas do quotidiano e dos projetos que alimenta. Uma longa conversa com o atual diretor, Pedro Morato, e Ana Ribeiro,

de que aqui tentamos dar uma imagem sintética. Numa Casa onde a presença da criança é omnipresente – nas paredes, no mobiliário, na organização de espaços, na cor e na profusão de desenhos, pinturas, os mais diversos trabalhos de expressão.

Breve apontamento sobre a história

Começámos pelo princípio. Ou seja – como é que tudo começou. Que caminhos se foi trilhando.

Cingimo-nos aqui aos pontos principais.

A Casa da Praia, enquanto Externato de Pedagogia Terapêutica, surge em 1975 - num tempo de “inovação, iniciativa, tempo de liberdade”, como frisa Pedro Morato. “Trata-se de fazer algo inserido na comunidade, sem qualquer referência ao estigma das questões da perturbação ou da doença”. Uma resposta social para a infância. Um serviço de saúde mental como uma espécie de escola “maternal”. A cedência de uma casa devoluta pela Câmara Municipal

de Lisboa proporcionou um espaço à concretização deste projeto de João dos Santos.

Em 1992 a Casa da Praia, enquanto serviço do Centro de Saúde Mental, foi extinta. É então constituída uma associação – Centro Doutor João dos Santos - Casa da Praia, que permitiu o seu reconhecimento, em 1994, enquanto IPSS, financiada pela Segurança Social. Manteve sempre protocolos de cooperação com a Saúde, Educação e Segurança Social. “A visão de João dos Santos cruza três grandes domínios (em articulação) – a educação, a segurança social e a saúde”.

Em 2015, por imperativo legal, é feita uma revisão do Acordo de Cooperação e a Casa da Praia teve de assumir a valência de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, o que significou uma redução do financiamento mensal. Em novembro de 2019 candidatou-se ao PROCOOP, concurso do Instituto de Segurança Social que contempla propostas inovadoras de Segurança Social. No caso o modelo da Pedagogia Terapêutica.

Pedagogia terapêutica – estabelecer relação

A Pedagogia Terapêutica é, antes do mais, nas palavras de Pedro Morato, “uma atitude positiva com base na relação humanizada assente na confiança mútua, na atenção do cuidar da criança no respeito e pela vontade dela querer aprender a ser pessoa”.

Essa atitude e a relação que assim se estabelece é “o alicerce e a base” deste modelo. “Há medida que consegue exercer a sua influência na re-confiança e na capacidade da criança de ultrapassar uma determinada vicissitude, um determinado problema” – a pedagogia será terapêutica. E isto cruza-se com as aprendizagens, com as atividades escolares. “Aqui não se trata de ensinar alguém a ler, escrever ou contar. Mas sim a estar desperto e preparar para”. Como prática, a força da cooperação e a de falar em conjunto, a força da democracia no sentido da participação, são fundamentais. “A participação é uma palavra fortíssima da pedagogia terapêutica – sublinha Pedro Morato - Por isso faz sentido termos uma assembleia

semanal, uma assembleia das crianças, com o secretário eleito, o presidente, o vogal, e que – também com base num jornal de parede em que aparecem as notícias, o que se fez o que não se fez – se gere a vida de uma semana, os seus acontecimentos, as suas dificuldades, os sucessos, os problemas, se participa no grupo alargado, com a presença dos adultos naturalmente, e se convive”.

Como funciona a Casa

“A Casa funciona na relação direta com os agrupamentos escolares da nossa área – freguesias de Alcântara, Junqueira, Stª Maria de Belém, Ajuda” – explica Ana Ribeiro. Uma zona de grande complexidade social, pobreza, analfabetismo. As crianças apoiadas pela Casa da Praia (entre os 6 e os 10 anos), em geral referenciadas pela medicina escolar ou pelos professores, caracterizam-se pelo sucessivo insucesso escolar e desajustamento emocional. O trabalho desenvolvido pela Casa “faz-se em articulação, absolutamente coordenada com os professores das escolas. O professor da escola também vem cá às reuniões para elaboração do plano de intervenção com a criança. E esta intervenção estabelece-se no tempo. Passa de ano para ano, consoante as necessidades. Estão aqui o mínimo de tempo possível. É este o princípio. Mas chegam a estar dois anos. Os processos das crianças evoluírem no ganho da sua autonomia, variará – tendo em conta também todas as outras variáveis, que têm a ver com o enquadramento da família, o apoio à família”.

O modelo é sistémico – diz Ana Ribeiro. “Não se cinge só à intervenção com a criança. Inclui sempre a relação com a escola, com o professor e com a família. Não só os pais, mas outros familiares que muitas vezes são os responsáveis – porque o traço social das famílias é que muitas vezes pertencem a condições socioculturais e socioeconómicas muito tangenciais. Já foi muito próprio da pobreza. Hoje já está menos dependente dessa condição – mas da cultura”.

“Nós aqui não somos escola – nesse sentido do aprender a escrever, a ler e a contar – o que fazemos é no sentido de descobrir as potencialidades das



Foto: Sofia Viarigues

crianças e fazer com que elas as descubram”, sublinha Ana Ribeiro. “Além de termos um grupo com meninos mais pequenos, temos outro grupo com meninos que começam a ter alguma capacidade de leitura. E um grupo com meninos mais crescidos – normalmente do 3º, 4º ano – mais pelos 9 anos. Infeliz-



Foto: Sofia Viarigues

mente ainda ficam alguns retidos. Não devia ser”.

Ana Ribeiro considera a assembleia e o jornal de parede “como uma espécie de aglutinador de todo o trabalho que se faz com as crianças – porque de facto é onde eles podem testar as ideias, se esforçam por pôr coisas no jornal para, por exemplo, apresentar na assembleia, para discutir na assembleia”. Assim utilizam a escrita por prazer, com um sentido. “Uma coisa que normalmente acontece é que, para todos estes meninos que chegam à Casa da Praia, a leitura e a escrita não significam nada. Não são instrumentos. Nós tentamos dar-lhes um sentido. Através do trabalho, das expressões, das festas. Eu falo sempre da festa porque a preparação das festas dá-lhes para trabalhar nas sa-



las tudo aquilo de que nós precisamos. Nós fazemos muitas festas. O João dos Santos sempre dizia que isto era uma casa de festas”.

O estímulo à leitura e escrita passa, também, por todas as salas terem uma biblioteca e todos os miúdos terem sempre um livro requisitado. “Faz parte da nossa prática”.

O trabalho com as famílias

Paralelamente é feito trabalho com as famílias. Além da sua participação nas reuniões em torno do plano, definido com a escola, “de quais são as necessidades e do que é que nós queremos trabalhar com a criança”, há todo um trabalho desenvolvido com a família, diz Pedro Morato.

Ajuda às famílias “é promover-lhes a possibilidade de um olhar diferente sobre o filho. Olhares pela positiva. Aumentar uma expectativa positiva



da criança. E que essa possibilidade possa ser despertadora do lado bom das coisas. Porque são famílias muito enfraquecidas na sua resiliência às dificuldades. E, portanto, tudo é *stress*, tudo é dificuldade, tudo é problema. E isto torna-se pesado. E quando nós podemos fazer diferença na família com um olhar diferente sobre a criança, as

coisas vão-se compondo”.

João dos Santos era defensor de que “a família era um alvo privilegiado da intervenção, para que essa infância pudesse ser melhor. Porque a criança vive duas situações completamente injustas. É a sua vicissitude, o seu sofrimento. E é a dificuldade da relação dos outros com ela - sejam os pais, sejam os pares, sejam os professores. São duas adversidades grandes.”.

O trabalho desenvolvido pela Casa da Praia nada tem a ver com um modelo clínico. “Tem a ver com intervenções dinâmicas. Se nós não jogarmos com a influência dos restantes adultos, a evolução será muito mais difícil”.

A Casa é compatível com uma escola inclusiva?

“Estas crianças, que têm problemas graves de comunicação e normalmente não são os chamados alunos com deficiência – trata-se de saúde mental – são quem não tem geralmente atendimento na escola”, diz Ana Ribeiro.

“Estes meninos, como costumamos dizer, são invisíveis”, lembra Pedro Morato.

“Aparentemente não têm uma diferença. A diferença é da sua interioridade. E isso tem que se conhecer. E tem que haver condições para intervir. Os passivos, ou os exuberantes, as questões de comportamento – são os sinais dessas crianças que nos chamam a atenção. São meninos muito infelizes, que não têm outra maneira de manifestar a sua vicissitude se não exteriorizando comportamentos que são sintomas reativos. E os professores ficam sem saber como

gerir estas características”.

E isto “apela a uma necessidade de ajuda”, defende Pedro Morato.

Ana Ribeiro vê a Casa da Praia como um instrumento da comunidade. “Não pode ser o professor sozinho a resolver estes problemas. Daí que a nossa resposta seja necessária. E muitas vezes até fora da escola”.

Sintetizando a relação da Casa da Praia com “um domínio tão importante como é a inclusão”, Pedro Morato destaca duas grandes dimensões: “uma é a questão do sucesso pessoal e que depois vai dar origem ao sucesso escolar; e a segunda, relacionada com uma participação efetiva na comunidade escolar”.

E destaca: “Quando as crianças passam a ser capazes de intervir, de se manifestar e adequar a sua participação efetiva, isto vai-se revelar na família e vai-se revelar na escola”. Assim, considera que a Casa é um instrumento, um recurso. “Estamos exatamente a promover a inclusão – não só a inclusão da criança, a da família também. Porque a mesma passa a ter um olhar sobre a escola e o interesse pela escola de outra natureza. (E há grandes dificuldades nas relações das famílias com as escolas)”.

<http://www.casadapraia.org.pt/pt/>

Formação e Projetos

<http://www.casadapraia.org.pt/pt/index.php/formacao-divulgacao/formacoes>
<http://www.casadapraia.org.pt/pt/index.php/projectos/projetos-desenvolvidos>
<http://www.casadapraia.org.pt/pt/index.php/projectos/projetos-a-decorrer>



Fotos: Casa da Praia

“Fazer o festejar e festejar o fazer”

Sofia Vilarigues
Jornalista

“A nossa experiência com crianças com certo tipo de dificuldades escolares (...) mostrou-nos que todos os sintomas a que é costume, desde Lebovici, chamar *reactivos* são formas de combater a ansiedade e a tristeza que afligem as crianças”, defendeu João dos Santos em “A Casa da Praia – O Psicanalista na Escola”.

Para estes estados de ansiedade e tristeza das crianças e para propiciar aprendizagens João dos Santos desenvolveu propostas, ideias, atitudes.

Em “Andar na Escola com João dos Santos – Pedagogia Terapêutica”, Eulália Barros, citando Celeste Malpique, explicita uma proposta, a pedagogia terapêutica. “A pedagogia terapêutica desenvolvida por João dos Santos preocupa-se com estas questões: os seus educadores procuram criar um ambiente de acolhimento em que a criança, desvalorizada e bloqueada, sente que existe um interesse real por ela *enquanto pessoa*. Este interesse, que inevitavelmente a valoriza aos seus próprios olhos, centra-se nas suas ha-

bilidades e capacidades actuais, e não nas suas dificuldades, insuficiências e insucessos. Através do ‘fazer’ [...] e através da ‘festa’, ou seja, de *vivências colectivas centradas em ideias ou acontecimentos de particular conteúdo afectivo*, [...] fazer e festejar, ou fazer o festejar e festejar o fazer, as confusões da criança diminuem, as angústias ficam suportáveis, a tristeza atenua-se, o pensar torna-se mais claro e eficaz, e os aprenderes, tanto escolares como básicos, *acontecem*”.

“De facto, não procurámos o ambiente festivo como objectivo, ele surgiu como explicação da melhoria geral que observamos em todas as crianças e da conclusão óbvia de que as Festas são antidepressivas”, escreveu João dos Santos, acrescentando que a Casa da Praia, que fundou, “é uma casa em Festa que se situa na Travessa da Praia”.

Para João dos Santos “na origem de qualquer manifestação de inteligência está sempre alguma coisa de emocional, de sentimental, de afectivo”, afirmou em “Se não sabe porque é que pergunta?”.

Defendeu, também, a importância da educação artística. “E é aqui que entra, em grande parte, o papel da educação

estética, seja em que ramo for, das artes plásticas, das artes visuais, da música ou de outra coisa qualquer, porque aí a criança cria situações, cria temas, cria cor nas ideias e isso permite-lhe uma melhor compreensão para si própria daquilo que se passa com ela”, disse em “Eu agora quero-me ir embora”.

João dos Santos

João dos Santos (1913-1987) foi o criador da moderna Saúde Mental Infantil em Portugal e o grande impulsionador da viragem da Psiquiatria Infantil que de uma especialidade enraizada na Psiquiatria de adultos passou a uma especialidade autónoma, escrevem Paula Santos Lobo e Luís Grijó dos Santos no *site* João dos Santos no Século XXI (<https://joaodossantos.net/>).

Foi um dos primeiros psicanalistas portugueses e um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

Desenvolveu um olhar novo sobre o valor da arte no desenvolvimento da criança e sobre a educação na família, na escola e na comunidade, criando concepções e ensinamentos originais e modos inovadores de formação de pais e professores. ■

Cordão Humano frente à A.R.

Duas centenas de professores, dirigentes, delegados e ativistas sindicais concentraram-se em cordão humano frente à Assembleia da República, a 17 de janeiro, no dia em que o ministro da Educação foi ao Parlamento para o debate em torno do orçamento para a Educação previsto no OE 2020. Os docentes manifestaram assim, publicamente, a sua discordância quanto ao OE apresentado no campo da Educação. Sublinhando, em particular, que este não aponta para reversão da suborçamentação do setor, pelo que não são criadas condições para que as escolas públicas possam resolver problemas que, há muito, as afetam. ■



Fotos: FENPROF

Aumento de todas as pensões Melhoria dos serviços públicos Condições de vida dignas



O Governo e os diversos grupos parlamentares conhecem as reivindicações que temos vindo a apresentar, para que se melhorem, substancialmente, as nossas condições de vida. Contudo, neste Orçamento de Estado (OE), não encontramos os avanços que o Governo elenca. Embora já esteja aprovado na generalidade, ainda há espaço para se introduzirem algumas alterações, no âmbito da discussão na especialidade, que possam vir a satisfazer algumas das reivindicações já conhecidas.

Foi neste quadro que a Inter-Reformados/CGTP-IN, organização de que também faz parte o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, em conjunto com o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) realizaram Tribunais Públicas, no dia 15 de janeiro de 2020, nos seguintes distritos: Aveiro – Beja – Braga – Coimbra – Covilhã – Évora – Faro – Leiria – Lisboa – Porto – Santarém e Setúbal, para reforçar a concretização das seguintes reivindicações:

- Aumento real das pensões e de todas

as prestações sociais, para garantir a manutenção do poder de compra dos aposentados/reformados;

- Revogação do fator de sustentabilidade;
- Salvaguarda e reforço do Serviço Nacional de Saúde;
- Eliminação das taxas moderadoras;
- Aumento das comparticipações nos medicamentos para reformados e pensionistas detentores de pensões inferiores ao salário mínimo nacional.

O DA/SPGL participou nas Tribunais Públicas de Lisboa, Setúbal e Santarém.

No final foi aprovada uma resolução que poderá consultar no site do SPGL www.spgl.pt/dep-aposentados ■

Precisamos de estar unidos e combativos. Tudo indica que teremos de organizar mais ações de luta na defesa dos nossos direitos.

Contamos convosco.

Reunião com Ministro da Educação Se preocupados entrámos, mais preocupados saímos

José Feliciano Costa
Presidente do SPGL

Sobre esta reunião uma frase sintetiza bem o que se passou, “Se preocupados entrámos, mais preocupados saímos”.

O ministro, começou por lembrar que não sendo esta uma reunião de negociação, podia ser um momento importante para a construção de pontes que levassem a futuros entendimentos e que sendo um defensor do diálogo e da negociação esperava que a FENPROF tivesse também esta postura.

Definiu como prioritário a estabilidade e valorização do corpo docente, mas quando confrontado sobre o que consta

do nosso caderno reivindicativo, nada disse.

Nada sobre a recuperação integral do tempo de serviço e a regularização de todas as situações de carreira; nada sobre um regime específico de aposentação; nada que ponha fim à manutenção da precariedade laboral injustificada; nada que permita eliminar os abusos e ilegalidades nos horários de trabalho; nada que permita alterar o regime de gestão das escolas; nada que pare o processo de municipalização da educação.

O que vai balizar a atuação deste ministro será o Programa do Governo e o Orçamento de Estado e estes são dois documentos que não contemplam as



Foto: FENPROF

justas reivindicações dos professores.

O que sai desta reunião é o adensar das nossas preocupações e a certeza que só a mobilização e a luta dos professores dará resposta aos nossos problemas. ■

Assembleia Geral de Sócios

aprova greve dos professores e educadores

Reunida no dia 23 de janeiro no auditório da sede, a Assembleia Geral de Sócios do SPGL aprovou, apenas com 1 abstenção, a participação dos professores da sua área

sindical na greve já convocada por outros sindicatos da FENPROF para o próximo dia 31 de janeiro, deste modo transformada em greve nacional de docentes.

A adesão à greve era ponto comum

nas duas moções apresentadas, pelo que foi votada separadamente e antes da votação de cada uma das moções. Apresentada pela direção do SPGL, a moção A (**Os Professores não desistem de lutar**) apresenta como motivo



da greve “... As inúmeras questões específicas do setor não resolvidas, bem como a postura do governo de afronta aos docentes e seus sindicatos evidenciada na reunião de 22 de janeiro entre o ME e a FENPROF pelo ministro Tiago Brandão, e de total ausência de resposta no Orçamento de Estado 2020 para os problemas que a Educação atravessa (...)”.

A moção apresentada pela direção, além da adesão à greve, apela ainda à participação dos docentes na manifestação nacional dos trabalhadores da Administração Pública que decorre na tarde desse mesmo dia. Apela também à participação no plenário nacional de professores, a realizar no

dia 12 de fevereiro, em Lisboa.

Posta à votação, a proposta A recebeu 45 votos a favor, e não teve votos contra nem abstenções.

A proposta C (**Lutar para Vencer**), cujo primeiro subscritor era Carlos Vasconcellos, além da adesão à greve, defendia ainda “reafirmar a necessidade de a FENPROF avançar com formas de luta autónoma dos Professores, preferencialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da Plataforma Sindical Docente”. Esta moção teve 14 votos a favor, 1 voto contra e 28 abstenções.

Fora da ordem de trabalhos, por proposta da direção, foi aprovada por unanimidade uma moção com o títu-

lo “**Para o exercício de funções docentes exige-se um concurso específico de regularização do vínculo no âmbito do PREVPAP dos docentes contratados como técnicos especializados**”, exigindo a sua integração na carreira docente “no respeito pelas normas previstas no Estatuto da Carreira Docente”.

O texto integral das moções aprovadas pode ser lido na página do SPGL – www.spgl.pt.■

Nota da Redação: Uma vez que este número do EI chegará aos sócios já depois das lutas aqui aprovadas, no próximo número dar-lhes-emos o devido relevo.

4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação



reflexão e o debate sobre o estado do Ensino Superior e da Ciência em Portugal e contribuir para reforçar a ação da FENPROF neste setor.

Sob o lema “Valorizar as carreiras, combater a precariedade e democratizar as instituições”, a Conferência terá como temas centrais:

- Carreiras docentes e de investigação científica; Ensino Superior Particular e Cooperativo; Precariedade;
- Questões da revisão do RJES, designadamente financiamento, regime fundacional e gestão das instituições;
- Os desafios da Ciência e a necessidade de um financiamento adequado e contínuo.

A Conferência abordará também o reforço da ação e a organização do trabalho sindical realizado no âmbito da FENPROF no setor do Ensino Superior e da Investigação.■

Para mais informações, consultar

<https://www.spgl.pt/ensino-superior-e-investigacao> e <https://www.fenprof.pt/superior/>.



Dia 31 de janeiro, docentes e investigadores vão fazer uma greve nacional e participar na manifestação nacional de toda a administração pública No que respeita aos objetivos específicos, a luta desenvolve-se em defesa das carreiras, pela recuperação do tempo de serviço e do valor dos salários, por uma aposentação justa, pelo fim da precariedade, pela melhoria das condições de trabalho e horários legais.■

No nº de fevereiro daremos notícia desta luta.

A importância de melhorar as nossas condições de trabalho

Carlos Leal
Dirigente do SPGL



Os professores do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, em conjunto com os docentes dos outros níveis de ensino, contribuíram sempre de forma ativa para o desenvolvimento e melhoria de uma Escola Pública de qualidade, lutando afincadamente por melhores condições de trabalho, que lhes permitam desenvolver a sua atividade com a qualidade exigida.

Sempre disseram presente a todas as iniciativas promovidas pelo SPGL ou pela FENPROF, fosse em ações de rua, greves ou reuniões sindicais.

É certo que durante o governo Sócrates, o movimento sindical (e os professores de uma maneira geral), sofreu um forte ataque, com a ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues procurando descredibilizá-los aos olhos da população, tendo ficado celebre a frase da ministra “perdemos os professores, mas ganhámos a opinião pública”.

No Primeiro Ciclo, um dos maiores entraves verificou-se no impedimento de reuniões sindicais, que tinham sempre grande participação, mas que deixaram de se poder realizar nos moldes até então habituais, pois os professores passaram a estar impossibilitados de participar em reuniões sindicais fora das suas escolas, o que provocou constrangimentos difíceis de ultrapassar.

Havendo novamente a possibilidade da realização de reuniões sindicais fora das suas escolas, rapidamente se recuperou um momento de extrema importância para a discussão da profissão e dos seus profissionais.

Durante o primeiro período deste ano letivo, o SPGL promoveu reuniões sindicais para os Professores do Primeiro Ciclo em conjunto com os Educadores de Infância. Participaram mais de

quinhentos docentes, destacando-se a grande participação de todos na procura de melhores condições de trabalho e defesa de uma escola pública, procurando esclarecimentos ou denunciando situações ilegais que vão ocorrendo nas diferentes escolas/agrupamentos, permitindo assim que o SPGL possa ter conhecimento que possibilite uma intervenção mais precisa no acompanhamento dessas escolas/agrupamentos.

Horários de trabalho ilegais, que obrigam os professores a lecionar mais que as 25 horas letivas permitidas por lei; a não contabilização dos intervalos dos alunos entre atividades letivas como componente letiva dos professores; a mistura entre atividades letivas e não letivas, onde os interesses das Atividades de Enriquecimento Curriculares se sobrepõem à atividade curricular, com a desculpa de que, se não for assim não conseguem contratar técnicos que as dinamizem; a obrigatoriedade da vigilância de intervalos, onde o professor está obrigado a permanecer num determinado “posto de vigia”; a constante violação do limite de número de alunos por turma, que já de forma legal é elevado; a falta de recursos para efetuar substituições de docentes por faltas de curta duração, levando a que, por vários dias, outras turmas sejam obrigadas a receber alunos, provocando situações em que os docentes não conseguem cumprir os seus planos de aula, colocando mesmo em causa o cumprimento dos currículos e, por sua vez, o processo ensino/aprendizagem; violações gravíssimas na aplicação do ponto 3 do artigo 79º do ECD, onde no período de tempo em

que os professores estão dispensados da sua componente letiva são pressionados e obrigados a realizarem atividades letivas; as constantes reuniões que entram semanalmente na componente individual de trabalho de cada um; o atual modelo de gestão, em que o poder está centrado no diretor e em muitos casos o Primeiro Ciclo não se encontra representado; a falta de formação e, em muitos casos, de perfil para quem tem a função de coordenar, seja o departamento ou um estabelecimento de ensino; uma aposentação justa e digna; o processo de municipalização que já se encontra implementado em vários municípios e onde já se sentem as intromissões no trabalho dos professores. Estes foram alguns dos temas debatidos durante as reuniões sindicais e que nos permitem ter uma visão mais detalhada dos problemas que as nossas escolas vão vivendo diariamente e que permitem agir de forma mais concreta na constante procura de melhores condições de trabalho, que possibilitem a construção de uma escola de qualidade. Desta forma, e no imediato, sem prejuízo do que consta no Caderno Reivindicativo para o Primeiro Ciclo, exige-se:

- Que os horários de trabalho não ultrapassem as horas que estão estipuladas por lei, contabilizando o intervalo dos alunos, entre componentes letivas, como componente letiva no horário do professor;
- O fim imediato das vigilâncias dos intervalos por parte dos professores, especialmente as aberrações que são os “postos de vigia”; essa tarefa deverá ser da responsabilidade de outros trabalha-

dores da escola;

- Que o professor, enquanto trabalhador, também tenha um intervalo, para atender às suas necessidades individuais, de forma a desenvolver o seu trabalho com qualidade;

- Que as Atividades de Enriquecimento Curriculares sejam desenvolvidas em espaços próprios, fora dos locais onde decorre a componente letiva e onde os alunos não deverão estar sujeitos a qualquer tipo de avaliação;

- Que a redução da componente não letiva ao abrigo do ponto 3 do artigo 79º reverta para a componente individual de trabalho e, enquanto isso não acontece, o professor realize as atividades que constam do ponto 7 do referido artigo;

- Equipar as escolas com recursos que permitam a substituição de professores por faltas de curta duração e que se acabe com a ilegalidade que é a distribuição de alunos por outras turmas;

- Obrigatoriedade da inscrição na componente não letiva de estabelecimento das reuniões ordinárias de Conselho de Docentes, de Conselho de Ano ou outras;

- Modelo de Gestão democrática que favoreça os aspetos de natureza pedagógica, a participação na comunidade educativa e a colegialidade e elegibilidade dos órgãos;

- Um modelo de aposentação que permita um constante rejuvenescimento da profissão;

- O fim do processo de municipalização que o governo tem em curso e a criação de condições para a construção da autonomia das escolas/agrupamentos.

A importância das reuniões sindicais é incalculável, pois é um momento que permite aos docentes a troca de experiências, de vivências e de formas de trabalho, possibilitando também aos sindicatos terem uma visão mais detalhada dos problemas que se vivem nas diferentes realidades. Só com uma constante troca de opiniões e de ideias se consegue construir um futuro melhor, tanto para a nossa vida profissional, como no desenvolvimento de uma escola pública de qualidade. ■

Docentes do Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira

em luta

Deolinda Fernandes
Dirigente do SPGL

Os docentes, trabalhadores, do Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira não receberam ainda o salário referente ao mês de dezembro de 2019, isto não contando com o atraso que se verificou no pagamento do subsídio de Natal que só foi pago no final do mês de dezembro, ou seja, um mês após o que está regulado no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor.

Assim, os trabalhadores não tiveram alternativa se não recorrerem a concentrações, junto da Instituição, de forma a “pressionar” a Direção e isto porque esta não deu qualquer justificação aos trabalhadores, a não ser na véspera da greve, que foi convocada para dia 15/01/2020. Pelos motivos expostos, a Direção do CBEI não deixou outra alternativa aos trabalhadores docentes que não fosse o de se envolverem em formas de luta que permitissem a devolução dos seus direi-

tos laborais, através do recurso à greve, que teve lugar no dia 15/01/2020, tendo havido uma tentativa de desmobilização pois, na véspera da realização da mesma, foi comunicado pela Direção aos trabalhadores que estes iriam receber o que lhes era devido através de “tranches” e que no presente mês só seria pago 50% do vencimento.

Nesse dia -15/01/2020 -, os trabalhadores do CBEI concentraram-se à porta da Instituição, por forma a demonstrar ainda mais o seu descontentamento.

Ora, será que os trabalhadores, para honrarem os seus compromissos pessoais, também o podem fazer por “tranches”? Parece-nos bem que não é ético retalhar aos pedaços partes separadas, pois os docentes também não trabalham por “tranches” e, apesar de estarem a passar por esta situação, dão o seu melhor, cumprindo integralmente os seus deveres profissionais, não só perante o empregador, mas também junto da comunidade educativa.

A Direção do CBEI é que não está a

cumprir com o que está estipulado, quer no Código de Trabalho, quer no Contrato Coletivo de Trabalho: **deveres do empregador - pagar pontualmente a retribuição**, não se tendo prestado a honrar os compromissos perante os trabalhadores.

Nesta perspetiva, **torna-se importante** referir que as Instituições Particulares de Solidariedade Social – I.P.S.S. – têm financiamento público, cujo protocolo que foi celebrado entre os ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social para o biénio 2019/20, teve um aumento de 3,5% face a anos anteriores.

Deste modo, torna-se importante e fundamental a fiscalização dos dinheiros públicos.

O SPGL e os docentes do CBEI tudo farão para que sejam repostos os seus direitos e, para tal, irão informar as instâncias competentes e diligenciarão várias formas de luta que considerem necessárias para que se cumpra o estipulado na lei. ■

Admirável romance de uma vida

• Paulo Sucena



1. *Florinhas de Soror Nada* é um romance constituído por treze capítulos precedidos do que poderia chamar-se um portal, de quatro páginas e meia, que é, desde logo, uma festa da língua literária de Luísa Costa Gomes. Lemos estas páginas como quem ouve um quarteto de Beethoven e presente nele uma das futuras sinfonias do genial compositor. À medida que lia estas primeiras páginas do romance ia adivinhando que elas eram, de facto, o portal de uma obra admirável. Deparei-me, de imediato, com a apurada qualidade da linguagem, a variedade de registos, o fascinante ritmo da prosa, a ironia por vezes ácida, as percucientes enumerações, a densidade dos personagens, designadamente a de Teresa Maria, cujo finíssimo esboço logo nos amarra a uma sôfrega curiosidade e vontade de vermos o seu retrato depois de acabado, o recurso a subtis apontamentos de natureza filosófica, o modo como nos é revelada a inexorável erosão que o passar do tempo provoca nos seres e nas coisas.

Esta abertura do romance contém de forma luminosa a expressão do desejo de Teresa, “se um dia tiver uma doença mortal”, de “levantar voo” de uma falésia sobre o mar, completamente só, deixando o Quincas “apanhado de surpresa, ganindo, indefeso, a vê-la cair a direito sobre as ondas. Que nem um prego. Afundada na imensidão das águas. Comida pelos peixes devagar da pesca à linha”. O hipérbato, ou, se preferirem, a suave sínquise, contribui para que melhor nos apercebamos da musicalidade da frase seguinte: “Morte aérea e limpa, artesanal, sem resíduo”. O leitor, que não poderá estar presente quando ocorrer este voo livre e a pique para a morte, é brindado com oito palavras que lhe mostram, melodiosamente, o movimento da queda: “Adeus, adeus, fiquem bem, eu cá vou indo”. A ambiguidade do final da frase não é mais do que o seu enriquecimento semântico.

A tempo confirmo que a premonição nascida da leitura das primeiras páginas do romance se concretizou. *Florinhas de Soror Nada* é uma demonstração permanente da riqueza da linguagem de Luísa Costa Gomes, consubstanciada nas cadências discursivas, em inesperados rasgos lexicais, no modo certo como os recursos estilísticos são usados no desenvolvimento da diegese de que ressaltam as elipses narrativas e as elipses temporais, orquestradas por um narrador que se revela um *fabbro* de primeira água, sem esquecer as analepses e prolepses que se integram harmoniosamente na narrativa, tornando-a, até, mais atractiva.

Confesso que do princípio ao fim do romance tive sempre a percepção de que a diegese era superiormente comandada por uma inteligência multifacetada que me fascinava, não só pela substância da forma, mas também pela substância do conteúdo do romance de onde ressu-

ma um espírito libertário que abala os alicerces do politicamente correcto e o de alguns fundamentalismos, nomeadamente o feminista, e que recusa a *aurea mediocritas*.

2. *Florinhas de Soror Nada* é um romance que se estende desde os tempos em que Teresa Maria se sentia predestinada à santidade e tudo fazia para a atingir, mesmo flagelar-se, mergulhada nas mais profundas águas da fé, onde nadou com braçadas plenas de ingenuidade até ao momento em que tomou consciência de que as águas da vida obrigavam a outro estilo de nadar que lhe permitisse enfrentar as conflitualidades, os paradoxos, os encargos, os pactos que essas águas lhe colocavam. Ou seja, percebeu que a sua fé não chegava para comandar a vida e perdeu-a, substituindo-a não pelo sonho (ela própria confessa que não é dada a utopias), mas pelo juízo crítico. Esse momento, que será reforçado por outros, está discretamente assinalado no episódio do “Sermão à Ranhosa”, em que Teresa inicia uma nova viagem sem regresso. O absoluto da fé foi substituído pela procura, por parte de Teresa, da sua verdadeira individualidade, ou seja, da essência do seu ser, numa busca ontológica com ressaibos platónicos. Por outro lado, a descoberta da liberdade e dos seus valores levam Teresa a perceber que a santidade perdera o brilho, “era uma luta infantil, travada e perdida”. Na idade adulta, Teresa considera que “as igrejas humilham, ameaçam, intrigam (...)”. Mais adiante proclama que todas as religiões têm um furor “contra o que em cada um de nós é livre e precisa de crescer ao ar puro”. E é ao ar puro que lhe nasce o seu amor pela natureza revestido de laivos panteístas, e também a amargura de ver “o planeta azul cada vez mais imagem distante da utopia”, que é afinal uma preocupação

da humanidade nos dias de hoje.

Esta é uma Teresa rediviva, sem crenças absolutas, personagem a que se coaduna este pensamento de Gramsci: “(...) não é difícil encontrar receitas esplêndidas para a vida: o difícil é viver”, acto cheio de incertezas, de interrogações, de medos, acto por vezes luminoso, mas sempre experienciado sem âncoras que o sustentem permanentemente. É assim que a vida de Teresa vai decorrendo, com o primeiro namoro, mais tarde o casamento, depois o nascimento de filhos e netos, horas de alegria interligadas com a tristeza provocada pelas mortes da mãe e do marido, a que se juntam os problemas profissionais, os momentos de desencantada solidão, a amargura de encontros frustrados e de desencontros e, o pior de tudo, a progressiva degradação física e mental gerada pelos anos de vida que vai somando, que ultrapassam e muito os noventa.

3. Florinhas de Soror Nada não é apenas o romance de uma vida, a de Teresa Maria, que ofusca a presença e ação das outras personagens no decurso da diegese. Efectivamente, há personagens que se perfilam, persistentes, ante os olhos do leitor. São humanamente ricas, apesar de algumas serem apenas o resultado de sínteses magistras, como é o caso, por exemplo, do volúvel candidatozito a noivo de Teresa que, juvenilmente, lhe proporcionava “madrugadas

de sexo desiludido”, apesar de ela ter visto nele “um simulacro de divindade”.

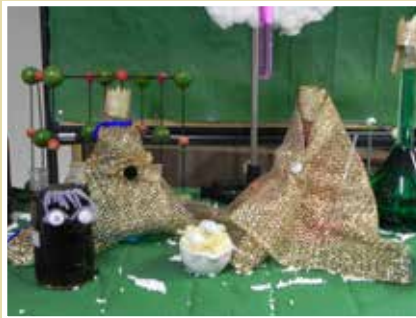
Voltando a Teresa: a sua, foi uma vida a que na infância e na adolescência faltou “um pouco mais de sol” (M. de Sá-Carneiro) e na idade adulta “um pouco mais de azul” (idem), o que a condenou a ficar sempre aquém, situação que porventura explica a rebeldia de Teresa, a sua inquietação, a sua revolta e inconformismo, o seu grito nascido de um desejo ardente: “Quero o mundo. (...) Quero viver”. E viveu, mas sem conseguir eximir-se a um percurso que a fez atravessar veredas histórico-sociais do seu tempo, que é o nosso tempo, com os excessos de bebidas alcoólicas na adolescência e na juventude, que muitos anos mais tarde, após um período de rigorosa abstinência, a faziam beber como quem “comunga”, eventualmente de um modo outro daquele como os bêbados do romance “Debaixo do Vulcão”, de Malcolm Lowry, tragavam, ao abrir das tabernas, o primeiro copo. Não obstante o contexto interior ser diferente, eles também bebiam como quem toma um sacramento; contra os preceitos da ordem estabelecida; contra princípios dogmáticamente defendidos. Por outro lado, viveu assumindo a labilidade dos sentimentos e suportando a frustração causada por tudo que de iníquo lhe tombou sobre os ombros como

que impelido pela força do destino, que na Grécia antiga tinha o nome de Moira, algo de inamovível que nem os deuses podiam alterar.

O destino condenou Teresa a viver até uma muito avançada idade e assim “o mundo que não tivera limites tinha agora as medidas de uma cama articulada” e mais tarde as de um lar onde ao sábado actuava um palhaço que, em vez de a fazer rir na sua cadeira de rodas, lhe suscitava um sentimento de comiserção. Não achava graça ao palhaço e ao lar ainda menos, porque ansiava morar e acabar em sua casa o que não vai acontecer, porque a casa de Teresa fora vendida para pagar o internamento numa clínica.

Permita-se-me que termine, repegando o portal. Talvez, quando a avó morrer, a sua neta, alta e loura e com olhos meigos, suba à fálésia e lá do alto lance as cinzas de Teresa Maria ao mar para que elas se possam diluir na imensidão das águas atlânticas. Se ao morrer ainda lhe restar um pouco do seu pendor panteísta, Teresa será, finalmente, feliz. ■

Florinhas de Soror Nada (D. Quixote 2018), da autoria de Luísa Costa Gomes, foi distinguido com o Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues 2019



Um das Festas Felizes especiais, com presépios reinventando instrumentos de química ou reaproveitando ecologicamente embalagens e rolhas, foi a proposta original da Escola Básica e Secundária Gil Vicente, de que aqui vos deixamos um gostinho. Até os votos de Festas Felizes foram dados utilizando símbolos químicos de elementos!

Este é um exemplo das iniciativas que se podem fazer nas escolas. Aproveitamos para vos sugerir que nos enviem imagens e informação das vossas iniciativas, para publicarmos (para o e-mail inf@spgl.pt). Cá vos aguardamos!



A objetificação das mulheres pelos media

Uma lição de pedagogia

Ligia Calapez
Jornalista

Dia 9 de janeiro, no Espaço ABC do SPGL, vivemos um momento significativo de aprendizado e debate em torno de pedagogia. Uma lição, protagonizada por Felizarda Barradas – e enriquecida pela profusão de materiais apresentados – de como os professores podem trabalhar a literacia mediática, no âmbito da Educação para os Media – Cidadania e Desenvolvimento. Neste caso - inserindo-se na atividade desenvolvida pelo grupo de trabalho de questões da igualdade do SPGL - através de “A objetificação das mulheres pelos media”. E de como tal trabalho é fundamental, nomeadamente para uma participação social e política esclarecida.

Começando pela definição do conceito – “Literacia mediática é a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicação em diversos contextos” – Felizarda Barradas desdobrou a sua apresentação em cinco questões:

- *Autor* - Quem é o autor da mensagem?
- *Formato* - O que é feito na mensagem para chamar a nossa atenção?
- *Conteúdo* - Que valores ou opiniões são representados na mensagem? É verdadeira ou falsa?
- *Audiência* - Quem é o público alvo?
- *Propósito* - Qual é o objetivo da mensagem?

Cada um destes itens foi ilustrado e aprofundado com recurso a esclarecedores vídeos e imagens.

No que respeita ao **formato**, por exemplo, é desmontado o recurso ao *photoshopping*, com que facilmente se alteram imagens de alimentos que nos são assim “vendidos” ou corpos e rostos de mulheres, transformando-os em modelos totalmente irrealistas. Ou ainda se questiona o porquê da “princesa bonita ou falsificação bonita?” que caracteriza desenhos animados infantis.

Contrariando estas imagens há projetos, como o *Movemeantfoundation*.



com/revolution – “Tire a camisa”, com que se pretende sublinhar que o que interessa é um corpo saudável: “As mulheres reais têm corpos reais em formas e tamanhos e eles são bonitos como são na realidade.”

“Mulheres mostradas como objetos cujo único objetivo é o de ser muito belo” é uma das questões abordadas no item **conteúdo**. Ou ainda, o recurso a estereótipos, nomeadamente de género – “os homens são fortes e agressivos; as mulheres são frágeis e meigas”.

A contrariar estas ideias feita existe, por exemplo, uma “Coleção Antiprincesas”, em que a ideia de fundo é que “mesmo não tendo superpoderes, as antiprincesas são superpoderosas e sabem que a história é feita pelas mulheres reais”. E em que são abordadas vidas/casos concretos, como o de Frida Kahlo, Clarisse Lispector, Violeta Parra ou Juana Azurday.

Também neste item, para além da importância dos valores e opiniões veiculados, destaca-se, como fundamental, saber detetar/distinguir o que é verdadeiro e o que é falso.

No que se refere a **audiência**, Felizarda Barradas lembrou que “Uma mensagem feita ou escrita pode ter significa-

dos diferentes, para pessoas diferentes” e que “As mensagens são geralmente direcionadas para um determinado público. Exemplo disso é a publicidade cujo objetivo é levar-nos a comprar algo de determinada marca e, muitas vezes, sem precisarmos”.

O **propósito**. Qual é o objetivo da mensagem?

Nos vídeos apresentados, lembra-se, nomeadamente, que os anúncios “vendem mais que produtos: eles vendem valores, imagens, ... e, talvez o mais importante, conceitos de *normalidade* – consequentemente eles dizem quem somos e quem devemos ser ...”. E – particularmente importante – tornar o ser humano objeto “é quase sempre o primeiro passo que se dá para justificar a violência contra ele”.

No debate que concluiu esta ação de formação foram abordadas diversas questões. Sublinhou-se, por exemplo, a importância de ações como esta, da necessidade de reflexão sobre a sociedade em que estamos inseridos. A objetificação (que também envolve os homens) como forma de desumanização. Ou, ainda, a necessidade – na educação para os media (mas não só) – de uma abordagem interdisciplinar. ■



TRAJETÓRIA(S)

100 anos de Ensino Artístico

Uma exposição na Sociedade Nacional de Belas Artes

- Rui Madeira e Hélder Castro

A exposição reuniu trabalhos de artes visuais de professores com trabalho artístico e em funções na Escola Artística António Arroio. Tratou-se de uma coletiva que surgiu a pretexto dos 100 anos da criação da Escola de Arte Aplicada de Lisboa (1919), atualmente Escola Artística António Arroio (com várias designações ao longo dos tempos; a “António Arroio” chega para a designação que se adotou desde sempre).

Um grupo de professores de diferentes gerações desafiou os seus pares - todos aqueles que sentissem vontade em participar nesta comemoração, pois foi disso que se tratou. Comemorar a arte, a escola e todas as pessoas que no passado se cruzaram e no presente se cruzam com a António Arroio, como vulgarmente a apelidamos. É a escola que amamos. É uma escola que se ama. Trajetória(s) foi isso. Uma reunião de vários objetos produzidos por artistas, que também se dedicam ao ensino - uma das mais belas profissões que existe. É sobre a vida, a nossa e a da escola. É para quem nos lembramos e respeitamos, no nosso trabalho de todos os dias, mostrando um pouco do nosso outro lado, aquele que partilhamos menos vezes, porque somos absorvidos cada vez mais por

procedimentos administrativos e menos por aquilo que nos liga enquanto indivíduos. E quanto são importantes os mais pequenos motivos para nos juntarmos! O que nos diz algo e nos preenche, transmitido através da sua exposição/divulgação, torna-nos mais presentes e significativos uns para os outros. Ocorrem diálogos e conversas, até discordantes - mas entusiasmantes. É destas matérias que se faz a matéria não matéria, se nos fazemos compreender. Não há medidores de satisfação ou insatisfação perante o objeto, mas o mesmo permite e cria um momento de agitação e reflexão; de ponderação; de reorientação; também de destruição ou de criação; mas produz alguma coisa que não é de desprezar - ele é indispensável ao progresso social, às pessoas e ao que nos faz estremecer, lembrados dos momentos iniciáticos e dos primeiros contactos com este mun-

do onde a arte é vida.

Autores de algo que se partilha, transformando público um ensejo, uma inquietação possivelmente amenizada desta forma, numa exposição coletiva de técnicas, saberes e sensibilidades.

Um agradecimento à SNBA e aos seus corpos dirigentes, por nos permitirem esta exposição, Sociedade Nacional de Belas Artes que já acolheu muitas mostras de alunos nestes últimos anos, enobrecendo o ato de expor, mesmo dos artistas em construção.

Volvido este século de ensino, a vitalidade e a perseverança, a demonstração de que quem ensina também pratica, é o melhor testemunho e homenagem que podemos prestar aos homens e mulheres, que fizeram e continuam a fazer da arte uma atividade de vida e que, vincadamente, têm na António Arroio uma escola presente e de futuro.

Artistas

Alexandre Almeida /Ana Maria Pereira Gonçalves /Ana Pérez-Quiroga /Anabela Canas /António do Rosário /Armando Sales Luís /Bruno Santos /Carla Isidro /Carla Rebelo /Catarina Nunes /Céu Guarda /Cláudia Realista /Daniela Anico /Elsa Gonçalves /Eva Lopes /Fernando Sarmento /Hélder Castro /Hugo F. Matos /Inês Almeida /Isabel Moniz /Jaime Lebre /João Cardoso Ribeiro /Jorge Bastos /José Batista Marques /Lia Morais /Lúcio Lima /Luís Giestas /Maja Escher /Maria Altina Martins /Mariana Fernandes /Marija Toskovic /Nuno Carmo e Andreia Sá /Patrícia Gorritz /Paulo Alexandre Rêgo /Paulo Óscar /Paulo Perre /Paulo Robalo /Rui Madeira /Susana Gorjão

Equipa Técnica: Curadoria - Lúcio Lima, Hélder Castro | **Conteúdos** - Mariana Fernandes, Sofia Machado | **Fotografia** - Alexandre Almeida | **Vídeo** - Delfim Ramos.

A exposição esteve patente de 19 Dez 2019 a 18 Jan 2020.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

JORNADAS PEDAGÓGICAS

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA



AÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	“Livros para crianças: escolher, ler, dar a ler” (*)	Dora Batalim Sotomayor	Pré Escolar, 1º e 2º Ciclo	28 de janeiro e 4 de fevereiro (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
2	Workshop Mindfulness em Contexto Educativo (*)	Céu Lopes	Todos	6 e 13 de fevereiro (5ª feira)	16h30 às 19h30	Escola Secundária S. João da Talha Rua Deputado Pedro Botelho das Neves - S. João da Talha	20
3	Gestão de conflitos na sala de aula (*)	Paula Cordas	Todos	11 e 18 de fevereiro (3ª feira)	16h00 às 19h30	Sede do SPGL	25
4	Emergência Climática e Escolas: “combater a crise climática e defender uma transição justa”	Climáximo	Todos	9 de março (2ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
5	O Excel aplicado à prática docente (*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	10 e 17 de março (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	10
6	Educação Inclusiva Dec-Lei nº54/2018 – 1 ano depois	Joaquim Colôa	Todos	12 de março (5ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
7	Primeiros Socorros em contexto Escolar	Nuno Lopes	Todos	23 e 30 de abril (5ª feira)	17h00 às 20h00	Sede do SPGL	25
8	“Iniciação à Expressão Dramática” (*) (b) e	João Mota	Todos	Formação: 6 e 7 de maio (4ª e 5ª feira)	16h30 às 19h30	Teatro da Comuna Praça de Espanha	18
	Teatro (c)			Teatro: 7 de maio (5ª feira)	21h00		36

(*) Nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(a) Os formandos deverão trazer os seus computadores portáteis, com uma versão do Office recente; versões de 2007 e posteriores, nomeadamente o Office 365 dias.

(b) Ao preço da inscrição acresce 5,00€ (Bilhete do Teatro) [Sócio – valor total a pagar: 8,50€]. Podem levar acompanhantes ao Teatro pagando o valor do bilhete.

(c) Peça em cena aquando da ação a divulgar oportunamente.

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo (Sábado)	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
9	Casa dos Patudos e Quinta da Lagoalva de Cima (1)	Técnicos do Museu	Todos	25 de janeiro (sábado)	9h00 às 18h00	Entrada principal do ZOO	40
10	E.B. Raul Lino e Palácio da Ajuda (2)	Carlos Jorge Bolacha e Técnicos do Palácio	Todos	8 de fevereiro (sábado)	09h45 às 17h00	Manhã – 09h45 Entrada da EB Raul Lino Tarde – 15h15 Porta principal do Palácio	25
18	Setúbal - Entre o Estuário e a Cidade (3)	Técnicos locais	Todos	2ª Visita 18 de abril	09h30 às 20h00	Entrada principal do ZOO	40
12	Exposição Meet Vincent van Gogh Experience - Lisboa (4)	UAU	Todos	13 de março (6ª feira)	15h45 às 17h00	Terreiro das Missas - Belém	50
13	Castelo de Vide e Marvão (5)	Técnicos do Museu	Todos	21 de março (sábado)	07h00 às 21h00	Entrada principal do ZOO	40
14	Na raia de Espanha – Vilar Formoso – Fronteira da Paz (6)	Margarida Ramalho e Técnicos locais	Todos	9 e 10 de maio (sábado e domingo)	08h00 às 21h00	Entrada principal do ZOO	45
15	Por Cumeadas e Terras de Montejunto e Real Fábrica do Gelo (7) (**)	Zé Veloso	Todos	23 de maio (sábado)	09h30 às 18h00	Entrada principal do ZOO	40

Inscrição por cada Jornada: Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€.

(1) Ao preço da inscrição **acresce 33,50€** (Transporte, visitas, prova de vinhos e almoço) [Sócio – valor total a pagar: 37,00€]

(2) Ao preço da inscrição **acresce 8,00€**. (Visita) [Sócio – valor total a pagar: 11,50]. Almoço livre

(3) Ao preço da inscrição **acresce 35,00€** (Transporte, visitas, passeio de barco e almoço) [Sócio – valor total a pagar: 38,50€]

(4) Ao preço da inscrição **acresce 9,00€** (Visita) [Sócio – valor total a pagar: 12,50].

(5) Ao preço da inscrição **acresce 25,50€** (Transporte, visitas, radio guias e almoço) [Sócio – valor total a pagar: 29,00€]

(6) Ao preço da inscrição **acresce:** Preço por pessoa em **quarto duplo: 130,00€**; Suplemento em **quarto individual: 12,50€** (12,50€+130,00€) = **142,50€**. O pagamento da ação pode ser feita por 3 tranches e **impreterivelmente até ao dia 30 de março**. Nesta ação os **acompanhantes são automaticamente aceites**. O preço por pessoa inclui: transporte em autocarro de turismo; 3 refeições com bebidas incluídas; alojamento no hotel Lusitano 3*; seguro de viagem, entradas/visitas e guia. **Nota: Data limite da inscrição até 31 de janeiro de 2020** [Sócio: (quarto duplo) – valor total a pagar: 133,50€; (quarto individual) – valor total a pagar: 146,00€]

(7) Ao preço da inscrição **acresce 27,50€** (Transporte, visitas e almoço) [Sócio – valor total a pagar: 31,00€]. (***) Deve levar roupa e calçado apropriado para caminhada – Grau de dificuldade: fácil. Quem não quiser fazer a caminhada poderá usufruir livremente do belo bosque e neste local existe um bom bar da Serra.

Nota: O acompanhante nas Visitas paga o mesmo que o sócio.

Para informações mais detalhadas consulte:

• <http://www.spgl.pt/jornadas-pedagogicas> • facebook: SPGL - Jornadas Pedagógicas da DR de Lisboa

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

O Meu Livro Quer Outro Livro

“Um muro no meio do caminho” de Julieta Monginho



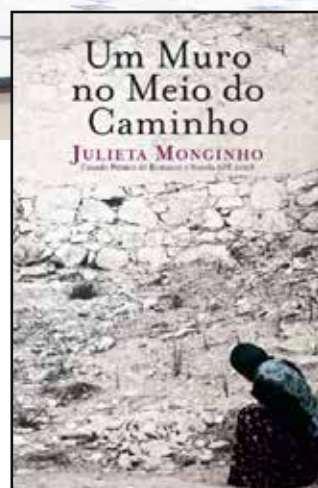
Decorreu no dia 15 de Janeiro mais uma sessão organizada pelo Departamento de Professores e Educadores Aposentados em que o livro apresentado foi “Um Muro no Meio do Caminho”, de Julieta Monginho, magistrada, formadora, escritora. Esta obra foi galardoada com o Prémio Literário Fernando Namora 2019 e o Prémio Pen Clube Português 2019.

Iniciou-se a sessão com a apresentação das questões de âmbito sindical, pela dirigente Isabel Gaspar que referiu algumas notas sobre o momento reivindicativo que estamos a viver, nomeadamente sobre a atualização de todas as pensões, salientando as

ações de luta em curso.

De seguida fez-se a apresentação do livro que esteve a cargo do escritor José Manuel Mendes, Presidente da Associação Portuguesa de Autores. O escritor iniciou a sua intervenção, referindo a profunda emoção de ali encontrar «amigos, sem os quais, o melhor que fez na vida não teria sido possível». Considerou que o público presente era como um «clube de leitura», que é a «afirmação plena do poder partilhado. O debate de um livro é o fazer renascer desse livro».

«Um Muro no Meio do Caminho é um exemplo do que importa num clube de leitura». Sendo o leitor «livre de mover-se através da polissemia, a



partir do contexto em que está inserido, esta obra é um exemplo de que a complexidade e a simplicidade não são incompatíveis».

Disse ainda que «a sagesa incomum da arte de narrar» está também em suscitar uma leitura que não seja literal e evidencie a necessidade de



entender os vários significados que nos são propostos. Seguidamente, Julieta Monginho agradeceu o convite que Almerinda Bento lhe dirigira para estar neste espaço. Entre outros agradecimentos, referiu o que devia a Hélia Correia, que a incentivou à escrita do livro, sem a qual a viagem humanitária à Grécia não ficaria completa e acrescentou que a obra é dedicada à amiga Celeste que a acompanhou nesta aventureira viagem e de quem cita as seguintes palavras «cada um de nós pode fazer tão pouco, ao menos que esse pouco seja feito.» Mostrou-se emocionada por estar com professores uma vez que estes não têm hoje a imagem pública que lhes é devida, com a dignidade que merece a profissão «mais importante de sempre» porque a eles cabe «fazer de um pequeno mundo um mundo maior». Alguns colegas presentes entrevistaram

manifestando o interesse e agradecimento pela obra e pela escritora, destacando-se as palavras de Albertina Pena que considerou ser o livro «um manifesto contra a situação dos refugiados e um alerta na nossa consciência». Seguiu-se o espaço habitual para a troca de livros. Leonoreta Leitão deixou para troca «Ombro, Arma!» de José Manuel Mendes e «Célia e Celina» de Maria Isabel Barreno. Acerca de «Ombro, Armas», Leonoreta Leitão contou que se tratava de uma das obras que tinha para premiar trabalhos dos alunos que se distinguiam, na realização do seu projeto pedagógico «Escalada pela paz». Escolhera ainda «Célia e Celina» de Maria Isabel Barreno porque esta, entre outras escritoras, nomeadamente Maria Teresa Horta ou Maria Velho da Costa, precisam sair do esquecimento a que foram votadas. José Manuel Mendes agradeceu,

emocionado, o gesto de Leonoreta Leitão, «amiga tão querida e venerada de sempre». Seguidamente leu um excerto da obra apresentada, que dedicou ao seu «irmão» Paulo Suceña que agradeceu e elogiou a forma como José Manuel Mendes tinha feito a reescrita do livro de Julieta Monginho. José Feliciano Costa, Presidente do SPGL, saudou os escritores convidados e salientou a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Aposentados, deixando um forte estímulo para a sua continuação. Terminámos a sessão com o espaço de confraternização habitual entre os cerca de cinquenta convivas presentes na sessão, que manifestaram o seu agradecimento pelo que ali se realizou incentivando o Departamento a continuar. ■

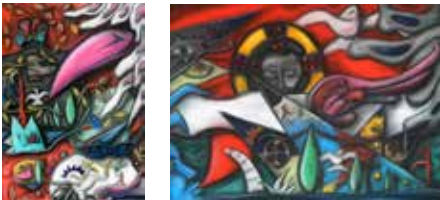
ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



Exposições

Luís Athouguia

Ainda pode ver a exposição de pintura, a que o autor deu o título de "Odisseias". Patente até 20 de fevereiro. ■



Rui Vasquez

Exposição de escultura

Inauguração a 27 de fevereiro pelas 18,30

A obra escultórica de Rui Vasquez denota um profundo conhecimento da tecnologia e do material. Assumindo todo o processo de criação, desde o esboço no papel passando pelas fases intermédias, Rui Vasquez descreve-nos a técnica escultórica em cerâmica. A criatividade artística que admiramos nestas lindíssimas obras escultóricas, de uma policromia



e um brilho contrastante, também nos fazem lembrar os tons coloridos e as geometrias que vislumbramos nos padrões e na arte tribal africana. Colecionador de arte africana, Rui Vasquez não rejeita uma leve inspiração na expressão da policromia.

(Adaptado de "Público", 7 de Julho de 2017. Texto de Paula Gil) ■

O meu livro quer outro livro

13 de fevereiro, 15,30

Apresentação do livro "Ingmar Bergman: o Caminho contra o Vento", de Cristina Carvalho, com a presença da autora.



"Ernst Ingmar Bergman nasceu e morreu no mês de Julho. Viveu entre 1918 e 2007 (...) Interrogou, desde sempre, a ambiguidade do ser humano, o sofrimento psicológico, as

máscaras da vida e da morte, pesadelos e loucuras (...)

Este texto não é uma biografia no sentido clássico do termo."

(Adaptado de "Primeira Introdução", nesta obra de Cristina Carvalho)

Sinopse:

"O que a Autora revela neste romance biográfico são aspectos menos conhecidos da vida de Bergman. Não tudo, mas o que considerou importante para se conhecer um pouco melhor essa personalidade invulgar por quem se apaixonou". ■

Legislação

I Série

• Decreto-Lei n.º 167/2019 de 21/11

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020

• Resolução da Assembleia da República n.º 231/2019 13/12

Recomenda ao Governo que atualize a lista-

gem de materiais que contêm amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos e que tome medidas com vista à respetiva remoção

• Resolução da Assembleia da República n.º 4/2020 de 15/01

Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro

financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos

• Despacho n.º 785/2020 de 21/01

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2020

Avaliação do desempenho do pessoal docente – aspetos relevantes

O tempo de serviço prestado pelo pessoal docente constitui um elemento fundamental para a progressão (e acesso) na carreira docente. Contudo, para que esse tempo de serviço seja devidamente considerado para o referido efeito é necessário que o mesmo seja avaliado. O artigo 40º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) identifica os objetivos da avaliação do desempenho docente destacando-se, entre eles, a melhoria da qualidade do ensino, a aprendizagem dos alunos e como tal, "... o desenvolvimento pessoal e profissional no quadro de um sistema de reconhecimento do mérito e da excelência". Por isso, o mesmo ECD determina que a avaliação do desempenho do pessoal docente é não só obrigatória para efeitos da progressão na carreira como também para efeitos de renovação do contrato e para atribuição do prémio de desempenho. O âmbito e a periodicidade da avaliação encontram-se previstos no artigo 42º do mesmo ECD que define, como regra, que os ciclos de avaliação dos docentes integrados na carreira correspondem à duração dos seus escalões devendo o respetivo processo ser concluído no final do ano escolar anterior ao do fim do ciclo avaliativo. Contudo, o ECD também prevê que esses mesmos docentes são sujeitos à avaliação **desde que** tenham prestado serviço docente efetivo pelo menos **em metade desse período avaliativo**. Por sua vez, a avaliação dos docentes contratados ocorre no final da vigência do contrato e antes da respetiva renovação mas depende da prestação efetiva de serviço durante **180 dias**.

Outro aspeto a salientar é que a avaliação do desempenho tem duas vertentes: a interna e a externa. Enquanto a primeira é efetuada no estabelecimento de ensino e abrange todos os escalões, a segunda (centrada na dimensão científico e pedagógica) é realizada através de observação de aulas e é obri-

gatória para os docentes nas seguintes situações: integrados nos 2º e 4º escalões, para obtenção da menção de "Excelente" e no caso de obtenção de menção de "Insuficiente".

É de salientar que o processo avaliativo do pessoal docente se encontra regulado no Decreto Regulamentar nº 26/12 de 21 de fevereiro que **deverá ser consultado** para esclarecimentos adicionais. Contudo, é importante adiantar que o docente avaliado pode sempre **reclamar** e interpor **recurso hierárquico** caso discorde da decisão proferida quanto à respetiva avaliação. A reclamação deverá ser apresentada no prazo de 10 dias úteis contados da respetiva notificação. Por sua vez, e se discordou da decisão proferida no âmbito dessa reclamação poderá sempre interpor recurso hierárquico para o presidente do Conselho Geral, também no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação (este direito encontra-se vertido, não só no artigo 47º do ECD como também nos artigos 24º e 25º do supra citado Decreto Regulamentar nº 26/12).

Finalmente, resta referir um último aspeto desta matéria que se prende com a avaliação dos docentes que "exerçam cargos ou funções cujo enquadramento normativo ou estatuto salvasse o direito de progressão na carreira de origem e não tenham funções letivas distribuídas..." (docentes que se encontrem em situações de ausência ao serviço **equiparada a prestação efetiva de trabalho** que inviabilize a verificação do requisito de tempo de serviço necessário para a avaliação). Neste caso, o ECD determina que essa avaliação é efetuada pela menção qualitativa que lhes tiver sido atribuída na última avaliação de desempenho.

Tendo em conta a relevância que esta matéria possui para os docentes, deverão os mesmos recorrer aos serviços de apoio a sócios do SPGL com vista à obtenção de esclarecimentos adicionais. ■



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO RECHUADO DE PLÁSTICO OU PAPEL DE 020202020AC.
PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

Plenário Nacional de Professores e Educadores

12 de fevereiro

Lisboa, 14h30

(Local a definir)

Objetivo:

Definir plano de luta que obrigue o governo a solucionar os problemas da Educação e dos docentes

**Todas as escolas/agrupamentos
devem estar representadas**

